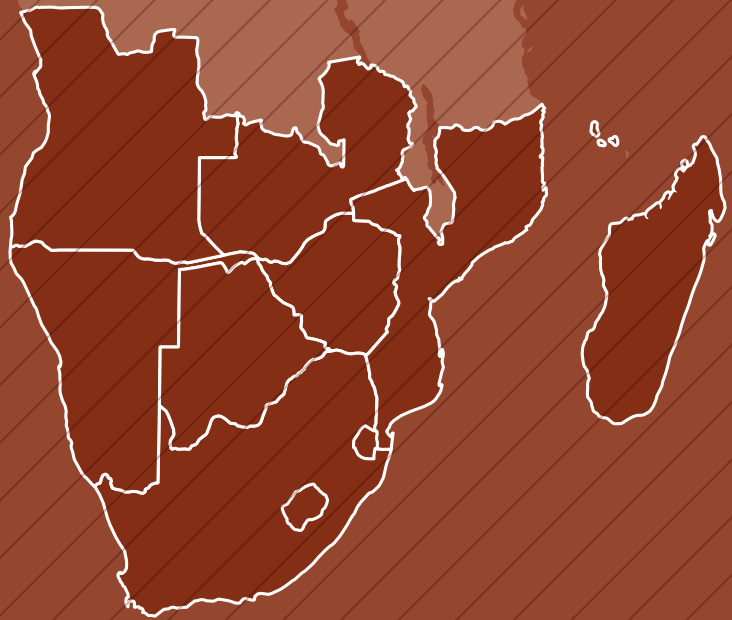


**CENTRO REGIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO
FMI PARA A ÁFRICA AUSTRAL**



**RELATÓRIO
ANUAL
2022**



AFRITAC Sul é uma iniciativa do FMI apoiada pelos seguintes países membros e parceiros de desenvolvimento:



Angola



Botsuana



Comores



Essuatíni



Lesoto



Madagáscar



Maurícia



Moçambique



Namíbia



Seicheles



África do Sul



Zâmbia



Zimbabué



In partnership with

**CENTRO REGIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO
FMI PARA A ÁFRICA AUSTRAL**



**RELATÓRIO
ANUAL
2021**



LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AFE	AFRITAC Oriental	LEG	Departamento Jurídico do FMI
AFS	AFRITAC Sul	MCM	Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI
AFR	Departamento de África do FMI	AEI	Avaliação externa intercalar
ATI	Instituto de Formação para África	MFXMO	Operações dos mercados monetário e cambial
CBDC	Moeda digital do banco central	MPIO	Implementação e operações de política monetária
DC	Desenvolvimento de capacidades	SNP	Sistema nacional de pagamentos
COMESA	Mercado Comum para a África Oriental e Austral	GIP	Gestão do investimento público
COVID-19	Doença por coronavírus 2019	PIMA	Avaliação da gestão do investimento público
IPC	Índice de preços no consumidor	GFP	Gestão das finanças públicas
ELA	Cedência de liquidez de emergência	IPP	Índice de preços no produtor
FAD	Departamento de Finanças Públicas do FMI	IPR	Índice de preços residenciais
FIN	Departamento Financeiro do FMI	SBR	Supervisão baseada no risco
FCS	Estados frágeis e afetados por conflitos	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
Fintech	Tecnologias financeiras	EP	Empresas públicas
IMF	Infraestruturas do Mercado Financeiro	SPR	Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação do FMI
FPAS	Sistema de previsão e análise de políticas	ASS	África Subsariana
PIB	Produto interno bruto	AT	Assistência técnica
ICD	Instituto do FMI para o Desenvolvimento de Capacidades		
FMI	Fundo Monetário Internacional		

ÍNDICE

ii

Lista de siglas e acrónimos

1

SECÇÃO I

Mensagem conjunta do presidente e do diretor do AFRITAC Sul

5

SECÇÃO II

Execução do plano de desenvolvimento de capacidades para o exercício de 2022

- 7 **A** Programa orçamental
- 8 **B** Programa de desenvolvimento dos setores monetário e financeiro
- 10 **C** Programa de estatísticas
- 13 **D** Programa de formação

15

SECÇÃO III

Prioridades definidas para o exercício de 2023

- 17 **A** Programa orçamental
- 18 **B** Programa de desenvolvimento dos setores monetário e financeiro
- 21 **C** Programa de estatísticas
- 22 **D** Programa jurídico
- 23 **E** Intervenções nos países frágeis

25

SECÇÃO IV

Orçamento e financiamento do AFRITAC Sul

29

ANEXOS

- 30 **Anexo I.**
Fase II - Principais realizações por programa de financiamento e por país
- 33 **Anexo II.**
Execução do Plano de Trabalho para o exercício de 2022
- 38 **Anexo III.**
Projeto de Plano de Trabalho para o exercício de 2023
- 45 **Anexo IV.**
Seminários, webinars e workshops personalizados para o exercício de 2023

FIGURAS

- 11 **Figura 1.**
Crescimento do PIB real em 2021 (em percentagem)
- 11 **Figura 2.**
PIB real médio *per capita* de FCS abrangidos pelos RTAC em SSA
- 11 **Figura 3.**
Índice de Estados frágeis
- 11 **Figura 4.**
Indicadores de Estados Frágeis
- 13 **Figura 5.**
Estado dos resultados em abril de 2022

CAIXAS

- 11 **Caixa 1.**
Intervenções nos países frágeis: progressos e resultados alcançados através da apropriação dos programas pelos países frágeis e afetados por conflitos do AFRITAC Sul
- 17 **Caixa 2.**
Prioridades a médio prazo e para o exercício de 2023 – Programa orçamental
- 19 **Caixa 3.**
Reforço da gestão da dívida na África Oriental e Austral
- 20 **Caixa 4.**
Prioridades a médio prazo e para o exercício de 2023 – Programa dos setores monetário e financeiro
- 21 **Caixa 5.**
Prioridades a médio prazo e para o exercício de 2023 – Programa de estatísticas
- 22 **Caixa 6.**
Novo conselheiro residente especializado em questões de governação
- 23 **Caixa 7.**
Novo conselheiro residente apoiado pelo ICD especializado em previsões imediatas e aprendizagem automática
- 23 **Caixa 8.**
Iniciativa do FMI para o desenvolvimento de capacidades no contexto da crise de COVID-19

QUADROS

- 27 **Quadro 1.**
Estado das contribuições financeiras no final de abril de 2022 (em milhões de USD)
- 28 **Quadro 2.**
Execução do orçamento do exercício de 2022 e proposta de orçamento para o exercício de 2023 (em milhares de USD)

SECÇÃO I

MENSAGEM CONJUNTA
DO PRESIDENTE E
DO DIRETOR DO
AFRITAC SUL

MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE E DO DIRETOR DO AFRITAC SUL



Abdoul Aziz Wane
Diretor do AFRITAC Sul



Dr Kealeboga S Masalila
Presidente do Comité
De Pilotagem do
AFRITAC Sul (Botswana)

Procurámos apoiar os esforços dos nossos membros para conter o impacto da pandemia de COVID-19 nas vidas e nos meios de subsistência das populações da região. Em colaboração com a sede do FMI e os parceiros, o centro reforçou o seu envolvimento com os membros para identificar e redefinir as prioridades dos serviços de desenvolvimento de capacidades (DC) a fim de acelerar as respostas das autoridades públicas e colmatar as lacunas em termos de competências. A redefinição das prioridades resulta das discussões que decorreram entre os países membros e as equipas do FMI no contexto dos programas e das atividades de supervisão. Apesar dos confinamentos e dos desafios digitais devido à falta de uma infraestrutura adequada em alguns países, os serviços de desenvolvimento de capacidades destinados à região mantiveram-se robustos durante a pandemia, acompanhando a tendência observada quanto ao interesse e financiamento de programas. O centro organizou cerca de 190 intervenções no exercício fiscal de 2022, das quais mais de um terço ocorreram em Estados frágeis e afetados por conflitos¹.

O desempenho dos países da região do AFRITAC Sul superou as projeções macroeconómicas em 2021, mas as perspetivas continuam pouco animadoras. As perspetivas económicas regionais de abril de 2022 reviram em alta o crescimento em 2021 para 4,2%, mais 0,8 pontos percentuais do que na projeção anterior. O Índice de Estados Frágeis sugere que os membros do AFRITAC Sul se deparam com riscos e vulnerabilidades menos pronunciadas do que inicialmente se pensava. Mais de metade dos países do AFRITAC Sul terminou o ano de 2021 com rácios da dívida/PIB e receitas/PIB melhores do que o esperado e uma menor volatilidade dos preços. Estes resultados são elucidativos da eficácia da ação pública e da importância do financiamento internacional que ajudaram a evitar ajustamentos desordenados. Contudo, a guerra na Ucrânia está a ensombrar as perspetivas e a acentuar os riscos relacionados com a pandemia. O impacto das sanções aplicadas à Rússia nos preços dos produtos alimentares e combustíveis já está a pesar sobre os débeis saldos orçamentais e externos dos países membros, ainda que com diferentes graus de gravidade. A heterogeneidade dos países

¹ Incluído as Comores, Madagáscar e Zimbabué no exercício de 2022. A nova lista de Estados frágeis e afetados por conflitos inclui as Comores, Moçambique e Zimbabué.

do AFRITAC Sul exige programas de desenvolvimento de capacidades adaptados a cada país a fim de incentivar a retoma económica.

Os membros do AFRITAC Sul serão afetados pelos choques da oferta decorrentes da guerra na Ucrânia e do impacto das políticas orçamental e monetária empreendidas para promover a recuperação económica afetarão. Os elevados preços das matérias-primas, a subida das taxas de juro e um dólar norte-americano mais forte criarão pressões orçamentais suplementares para fazer face às crescentes obrigações no que respeita ao serviço da dívida. No curto prazo, os países exportadores de matérias-primas registarão melhorias nas suas finanças públicas devido ao aumento das receitas. Porém, não é provável que tal compense, de forma duradoura, o forte aumento da necessidade de despesas de desenvolvimento. O AFRITAC Sul está preparado para responder com celeridade aos pedidos de apoio das autoridades relativos a medições dos preços para assegurar respostas de políticas oportunas e bem calibradas. Com a transição gradual para o novo normal, as atividades de desenvolvimento de capacidades em matéria de mobilização de receitas, gestão da dívida e supervisão bancária continuam a ser uma prioridade para a estabilidade macroeconómica e financeira. O centro continua empenhado no seu mandato impulsionado

pela procura e responderá aos pedidos de desenvolvimento de capacidades formulados pelos países membros, incluindo em matéria de clima, governação, previsões imediatas, questões de género, tecnologias financeiras e digitalização.

Enquanto o FMI implementa a sua nova [estratégia para os Estados frágeis e afetados por conflitos](#), o centro ajustará a sua abordagem de forma a canalizar uma maior proporção dos seus recursos para ajudar estes países a reforçarem a resiliência e responderem a fenómenos climáticos adversos e à desigualdade de género. Dentro deste espírito, o centro privilegia uma abordagem global e de longo prazo em matéria de desenvolvimento de capacidades orientada para a formação estruturada, com vista a ajudar estes países membros a colmatarem as lacunas de competências e a reforçarem as suas instituições macroeconómicas de base. Os serviços de desenvolvimento de capacidades do centro apoiam outros instrumentos do FMI, entre os quais, o recentemente aprovado Fundo para a Resiliência e a Sustentabilidade que foi criado para ajudar os países de baixo rendimento e os países de rendimento médio vulneráveis a resolverem desafios estruturais de longo prazo que colocam riscos macroeconómicos, incluindo os riscos decorrentes das alterações climáticas e pandemias.

Na reunião do comité de orientação de junho de 2022, os membros tomaram nota das recomendações da avaliação externa intercalar (AEI) e aprovaram o plano de ação. O comité de orientação aprovou ainda o programa do centro no âmbito da fase II (exercícios 2024-2028) que, entre outras coisas, defende a necessidade de aumentar as atividades de desenvolvimento de capacidades nas áreas de crescimento e nos Estados frágeis e afetados por conflitos, assim como a necessidade de reforçar a equipa do AFRITAC Sul para apoiar a implementação das propostas contempladas no programa e no relatório da AEI. Este relatório apresenta a execução do plano de atividades do exercício de 2022 e as prioridades de desenvolvimento de capacidades para o exercício 2023 aprovadas na reunião de junho de 2022 do comité de orientação. O relatório é composto por quatro secções e quatro anexos. A Secção II incide sobre a execução do plano de trabalho do exercício de 2022, enquanto a Secção III aborda as prioridades do exercício 2023 e a Secção IV trata do orçamento e do financiamento do AFRITAC Sul. O Anexo I apresenta as principais realizações por país, o Anexo II as atividades de desenvolvimento para o exercício 2022, o Anexo III discrimina o plano de trabalho para o exercício de 2023 e o Anexo IV detalha o plano de seminários/webinars aprovados na reunião de junho de 2022 do comité de orientação.

SECÇÃO II

EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2022

EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2022

As incertezas de 2021 em torno da pandemia de COVID-19 e as perspectivas económicas pessimistas justificaram o incremento das atividades de desenvolvimento de capacidades para apoiar o aumento do financiamento do FMI. O plano de trabalho para o exercício de 2022 foi concebido para ajudar as autoridades a responderem melhor aos desafios macroeconómicos e financeiros decorrentes da pandemia de COVID-19 e a acelerarem os planos de reformas para atenuar o impacto da mesma, incluindo reformas abordadas no contexto de programas com os países membros.

O plano de trabalho também contemplou um aumento das atividades de desenvolvimento de capacidades destinadas aos Estados frágeis e afetados por conflitos e a áreas prioritárias - incluindo governação, digitalização, questões de género e clima - para ajudar os membros a fazerem face à pandemia e a prosseguirem os esforços com vista à concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). O Anexo I especifica as atividades de desenvolvimento de capacidades realizadas nos países membros do AFRITAC Sul através dos diferentes programas de financiamento.

PROGRAMA ORÇAMENTAL

O programa concentrou-se nas reformas da gestão das finanças públicas (GFP) e da administração das receitas (tributária e aduaneira) para melhorar a qualidade das despesas e assegurar o cumprimento fiscal. As atividades de desenvolvimento de capacidades em matéria de GFP centraram-se na governação orçamental (governação de infraestruturas e transparência orçamental), integrando as questões de género na GFP, respondendo às vulnerabilidades climáticas e resiliência na GFP, melhorando os sistemas de informação da GFP e introduzindo novas ferramentas digitais para uma melhor gestão e comunicação dos riscos orçamentais. O programa de administração aduaneira do AFRITAC Sul ajudou os países a implementarem reformas e programas de modernização, ao mesmo tempo que enfrentavam os desafios decorrentes da pandemia de COVID-19. Mais especificamente, as atividades de desenvolvimento levadas a cabo incidiam sobre a gestão de emergências, a avaliação aduaneira, a gestão do risco, o tratamento de informações, auditorias pós-desalfandegamento, a gestão de projetos, a correspondência de dados, as auditorias internas, os impostos especiais de consumo e a

automatização dos procedimentos de desalfandegamento. As atividades de desenvolvimento de capacidades em matéria de administração tributária incidiram sobre o reforço da administração das receitas através da gestão da conformidade baseada no risco, da análise de dados e da capacidade de auditoria. A administração tributária também se concentrou na criação de estruturas de governação e gestão adequadas mediante o apoio ao planeamento estratégico e aos quadros de monitorização e o reforço da capacidade de liderança. Estas áreas de desenvolvimento de capacidades continuam intimamente ligadas aos objetivos de harmonização e integração dos parceiros regionais, incluindo a SADC e o COMESA, ao mesmo tempo que apoiam os ODS. O programa de formação do centro abrangeu: i) a redefinição das prioridades em termos de despesas, ii) a orçamentação baseada no desempenho, iii) a transparência orçamental e soluções digitais de GFP, iv) a gestão do risco orçamental e a sustentabilidade da dívida, v) os riscos orçamentais e os choques macro, vi) o planeamento da continuidade dos negócios e da recuperação de desastres, e vii) princípios modernos de gestão de auditorias.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES MONETÁRIO E FINANCEIRO

As atividades de supervisão e regulamentação bancárias (SRB) continuaram a incidir sobre a implementação dos requisitos de Basileia II/III e da supervisão baseada no risco, tendo sido desenvolvido trabalho suplementar sobre o impacto da COVID-19 e as áreas em crescimento, incluindo o risco cibernético. As atividades de desenvolvimento de capacidades visaram progressos nos seguintes domínios: i) implementação dos requisitos de Basileia II/III, ii) implementação da supervisão baseada no risco, incluindo a identificação e avaliação dos riscos, as notações de risco, o planeamento da ação de supervisão e o processo de avaliação pelo supervisor, e iii) a cibersegurança. O centro prestou apoio aos bancos centrais tendo em vista o desenvolvimento e a implementação das reformas regulamentares relacionadas com Basileia II/III, a melhoria da eficácia e eficiência dos quadros de supervisão baseada no risco, o desenvolvimento e a implementação de iniciativas de regulamentação e supervisão da cibersegurança, assim como a operacionalização dos quadros do processo de análise e avaliação pelo supervisor recentemente desenvolvidos, a avaliação da adequação dos fundos próprios, as propostas do processo de avaliação e o quadro de emissão de

licenças para os bancos digitais. Além disso, um seminário organizado em colaboração com o Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI (MCM) forneceu orientações aos países membros sobre a gestão da supressão das medidas de regulamentação e supervisão bancária implementadas no contexto da resposta à pandemia de COVID-19. Aproveitando as capacidades operacional e orçamental resultantes das modalidades de desenvolvimento de capacidades (DC) à distância, o programa de trabalho do exercício de 2022 em matéria de supervisão e regulamentação bancárias (SRB) realizou mais de 20 missões de DC e assinalou progressos significativos tanto em reformas de longa data como nas necessidades emergentes de DC.

As prioridades relativas aos projetos de operações dos mercados monetário e cambial (MFXMO) compreenderam o apoio às reformas de política monetária em curso e a facilitação da adoção de boas práticas em termos de modelização e elaboração de previsões, implementação e operações de política monetária (MPIO), desenvolvimento do mercado cambial e desenvolvimento do mercado. As atividades de desenvolvimento de capacidades para o

exercício de 2022 concentraram-se na utilização do Inquérito às Expectativas das Empresas para o quadro de elaboração de previsões de curto prazo; no desenvolvimento do índice do indicador económico composto; no reforço da implementação eficaz da política monetária, incluindo a política cambial; no desenvolvimento do mercado interbancário para melhorar a transmissão da política monetária; no desenvolvimento do quadro de cedência de liquidez de emergência; no reforço do quadro de previsões de liquidez; no desenvolvimento do mercado interbancário garantido e não garantido; e na execução das operações cambiais. Em colaboração com o MCM, o Instituto de Formação para África (ATI) e o AFRITAC Oriental, o centro organizou eventos regionais sobre temas centrais. Foi organizado um seminário virtual de 5 dias destinado aos bancos centrais da África Subsariana sobre o sistema de análise e previsão de políticas (FPAS) ministrado pelo AFRITAC Sul, o ATI e o AFRITAC Oriental, assim como um seminário sobre a análise e a previsão de política monetária com base em modelos (MPAF) ministrado pelo MCM, o AFRITAC Sul e o ATI, com o objetivo de ajudar os participantes a construir modelos para os seus países e a alargarem e melhorarem

os modelos já existentes para efeitos de análise de política monetária e estudos de políticas. Uma conferência de alto nível de três dias organizada virtualmente pelo AFRITAC Sul, o AFRITAC Oriental e o ATI, incidiu sobre a modernização da política monetária e os desafios futuros para os bancos centrais da África Subsaariana. A conferência constituiu uma oportunidade para os decisores políticos dos bancos centrais refletirem sobre as recentes reformas dos quadros de política monetária e falarem sobre os próximos passos. O programa centrou-se nos desafios enfrentados por estes bancos aquando da reforma dos quadros de política monetária, nas experiências de transição para quadros de política monetária baseados nos preços e de regimes de paridade cambial para regimes de taxas de câmbio mais flexíveis. Outros temas incluíram a independência e a prestação de contas, a comunicação e a transparência dos bancos centrais. O debate sobre o papel da digitalização e das *fintech* nos bancos centrais e na política monetária foi estimulante,

ao passo que a sessão sobre as experiências de política monetária nos países da África Subsaariana durante a pandemia de COVID-19 permitiu partilhar importantes ensinamentos.

O AFRITAC Sul continuou a realizar atividades de desenvolvimento de capacidades em matéria de infraestruturas do mercado financeiro e das *fintech* (IMFF) para permitir a finalização das reformas dos sistemas nacionais de pagamentos (SNP) e ajudar à adoção das boas práticas internacionais em matéria de gestão do risco e fiscalização das infraestruturas do mercado financeiro. A tónica tem sido colocada no diagnóstico dos SNP; na lei dos SNP; na fiscalização dos sistemas de pagamentos; na conduta do mercado para os sistemas de pagamentos de retalho; no quadro de colaboração com as autoridades reguladoras; na realização de análises às avaliações das infraestruturas do mercado financeiro face aos princípios para as mesmas; e no fornecimento de orientações sobre a fiscalização dos prestadores

de serviços de dinheiro móvel. Para apoiar a crescente procura de serviços de desenvolvimento de capacidades em matéria de pagamentos digitais, o centro, em colaboração com o MCM e o Departamento Jurídico do FMI (LEG), organizou um seminário intitulado: "Follow the Money: Regulatory and Policy Perspectives on Digital Payments" subordinado aos seguintes temas: i) visão geral dos métodos de pagamento digitais e tendências, ii) *fintech* e bigtech nos pagamentos, iii) ponto da situação sobre a moeda digital dos bancos centrais (CBDC), iv) resiliência operacional nos pagamentos digitais, v) principais considerações para o desenvolvimento de quadros de regulamentação, supervisão e fiscalização para os pagamentos digitais, vi) considerações jurídicas e regulamentares para a CBDC e vii) opções de políticas e os *trade-offs* do dinheiro digital. Além disso, o AFRITAC Sul em conjunto com o MCM, colaborou num curso regional sobre os princípios para as infraestruturas do mercado financeiro destinado a 17 países africanos.

PROGRAMA DE ESTATÍSTICAS

Em coordenação com o Departamento de Estatística (STA) do FMI, o AFRITAC Sul continuou a promover a compilação e a divulgação de dados de elevada qualidade refletindo as normas e as melhores práticas internacionais. O centro apoiou os institutos de estatística para estes melhorarem ainda mais a qualidade dos dados por via da atualização/desenvolvimento de índices de preços – índice de preços no consumidor (IPC), índice de preços no produtor (IPP), índice de preços residenciais (IPR), índices de preços das importações e exportações (IPIE) e índice de preços nos terrenos agrícolas (IPTA) – e da melhoria das estatísticas das contas nacionais (PIB anual e PIB trimestral) com base em metodologias estatísticas aceites e nas melhores práticas de compilação de dados². Estas atividades deverão reforçar os quadros macroeconómicos e apoiar a supervisão do FMI. O centro organizou um seminário virtual, com a duração de uma semana, sobre os métodos de compilação do IPP, tratando questões sobre os

conceitos e o desenvolvimento do IPP e desafios específicos associados ao desenvolvimento/atualização dos ponderadores, à seleção de amostras, à recolha de preços e ao tratamento dos preços em falta. Em parceria com o AFRITAC Oriental e o Instituto de Gestão Macroeconómica e Financeira da África Oriental e Austral, o centro realizou igualmente um seminário virtual intitulado “Contas Nacionais para Iniciantes” que abordou aspetos teóricos e práticos em termos de compilação das estatísticas das contas nacionais com base nos quadros conceptuais do Sistema de Contas Nacionais de 2008. Realizou-se ainda um seminário virtual sobre o rebaseamento das contas nacionais para que os participantes compreendessem o âmbito, o papel e as questões estratégicas associadas ao rebaseamento do PIB, os requisitos para o rebaseamento, o papel dos quadros de recursos e empregos (QRE), a “previsão invertida” das novas séries do PIB e o desenvolvimento de um plano de trabalho para o rebaseamento.

² Algumas realizadas em colaboração com parceiros, incluindo o Banco Mundial e a Comissão Económica das Nações Unidas para África.

CAIXA 1. INTERVENÇÕES NOS PAÍSES FRÁGEIS: PROGRESSOS E RESULTADOS ALCANÇADOS ATRAVÉS DA APROPRIAÇÃO DOS PROGRAMAS PELOS PAÍSES FRÁGEIS E AFETADOS POR CONFLITOS DO AFRITAC SUL

Os Estados frágeis e afetados por conflitos (FCS) continuam a deparar-se com limitações em termos de capacidade institucional, vulnerabilidades climáticas, insegurança alimentar, desigualdade de género e acesso limitado a serviços públicos. Em 2021,

o crescimento médio do produto nos Estados frágeis e afetados por conflitos da África Subsaariana (SSA) continuou mais baixo por comparação com os outros países da região, assim como em relação ao resto do mundo (Figura 1). O PIB real *per capita* dos

Estados frágeis e afetados por conflitos da África Subsaariana diminuiu, de uma forma geral, com o início da pandemia de COVID-19 (Figura 2), empurrando milhões de pessoas para a pobreza. Contudo, o Índice de Estados Frágeis³ para a região do

FIGURA 1. CRESCIMENTO DO PIB REAL EM 2021 (em percentagem)

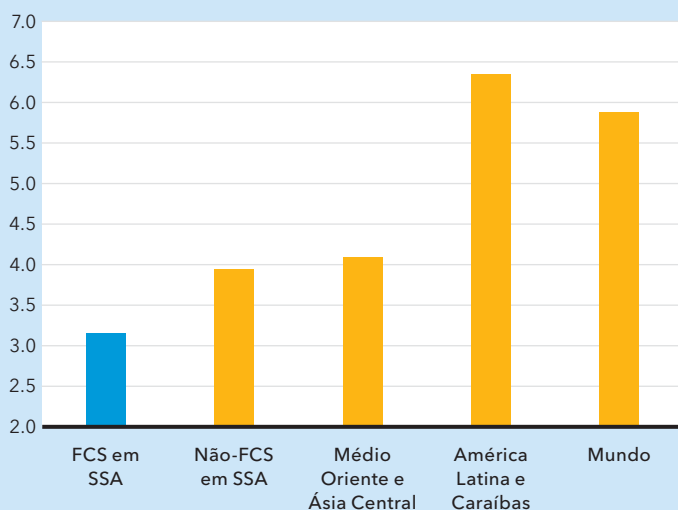


FIGURA 2. PIB REAL MÉDIO PER CAPITA DE FCS ABRANGIDOS PELOS RTAC EM SSA (Em USD, ajustado pelo PPC)

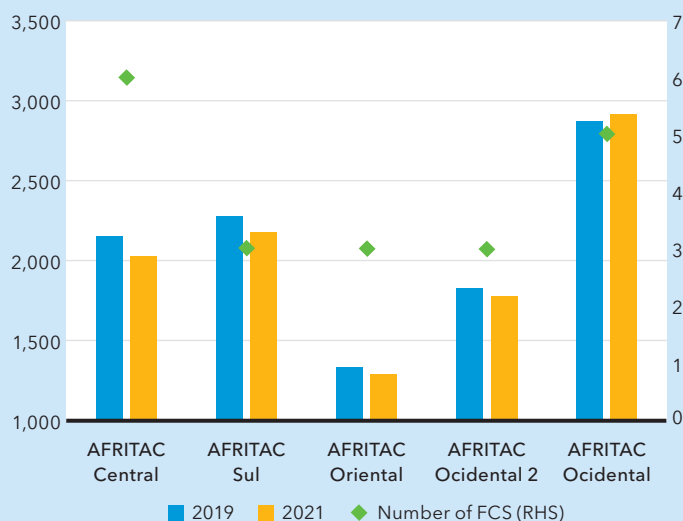


FIGURA 3. ÍNDICE DE ESTADOS FRÁGEIS

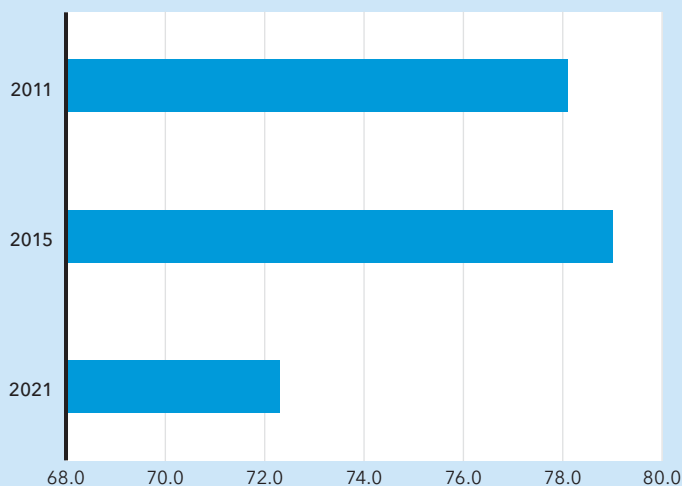
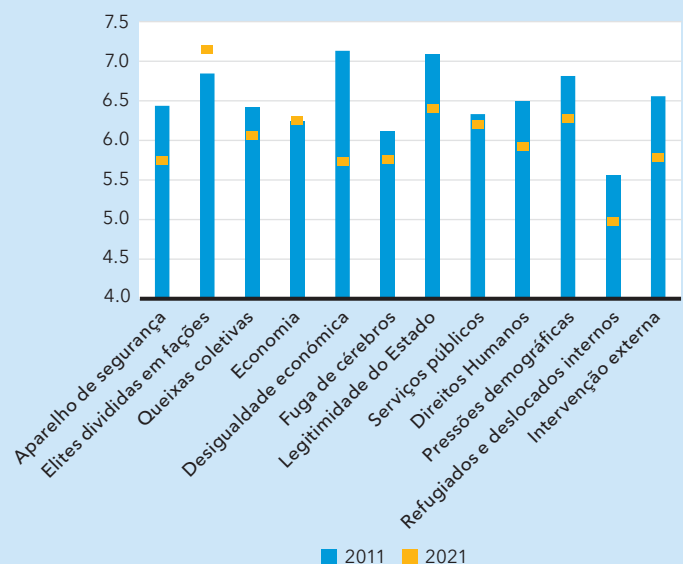


FIGURA 4. INDICADORES DE ESTADOS FRÁGEIS



³ O Índice dos Estados frágeis é elaborado pelo Fundo para a Paz. Uma descida do índice indica uma redução nas condições de fragilidade.

AFRITAC Sul mostra uma redução geral dos riscos e das vulnerabilidades entre 2011 e 2021 (Figura 3) com a maioria dos indicadores a apresentarem uma melhoria (Figura 4). Um quarto dos países membros do AFRITAC Sul ainda enfrentam condições frágeis. Os recentes fenómenos climáticos na região do Oceano Índico, as tensões persistentes relacionadas com a COVID-19 e as repercussões da guerra na Ucrânia provavelmente agravarão as condições, o que já está patente nos aumentos dos preços da energia e das matérias-primas.

Durante o exercício de 2022, o AFRITAC Sul manteve um estreito contacto com os Estados frágeis e afetados por conflitos e assegurou que as atividades de desenvolvimento de capacidades continuam a ser impulsionadas pela procura. O trabalho recente nos Estados frágeis inclui:

- **Comores.** As atividades de desenvolvimento de capacidades organizadas pelo AFRITAC Sul

ajudaram as autoridades a finalizarem os sistemas de contabilidade e notificação relacionados com a COVID-19, a reverem a lei orgânica das finanças públicas e a reforçarem as funcionalidades da Conta Única do Tesouro (CUT). A autoridade tributária das Comores também operacionalizou uma Unidade do Petróleo e implementou novos procedimentos em matéria de desalfandegamento e contabilidade para os produtos petrolíferos, entre outras reformas, com o apoio do AFRITAC Sul.

- **Madagáscar.** Através das atividades de desenvolvimento de capacidades do AFRITAC Sul, o ministério das finanças registou progressos em termos de gestão de ativos e gestão de caixa, iniciou a implementação do programa de modernização alfandegária, elaborou um quadro de controlo interno e reforçou a gestão das prioridades societárias através de uma gestão eficaz do risco empresarial e

de conformidade. Realizaram-se progressos significativos no que toca à comunicação do banco central.

- **Zimbabué.** As atividades de desenvolvimento de capacidades do AFRITAC Sul sobre correspondência de dados ajudaram as autoridades a aumentar as taxas de declaração de impostos relativas ao imposto sobre o valor acrescentado, retenção na fonte e imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. As atividades de desenvolvimento de capacidades do AFRITAC Sul em matéria de GFP contribuíram para a melhoria da transparência e fiabilidade das declarações de riscos orçamentais, que agora integram a maioria dos passivos contingentes e outros riscos orçamentais. As atividades de desenvolvimento de capacidades sobre supervisão e regulamentação bancárias ajudaram o banco central do Zimbabué a alinhar melhor o seu quadro de inspeções à distância com as práticas internacionais.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO

Para apoiar os programas de reforma dos países membros e a consecução dos marcos, o centro continuou a realizar cursos de formação em colaboração com o Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD). Os cursos complementam os seminários, webinars e *workshops* realizados ao abrigo dos programas de financiamento acima. Os tópicos do exercício de 2022 abrangeram a análise e previsão de política monetária com base em modelos (MPAF), a gestão macroeconómica em países ricos em recursos naturais, o crescimento inclusivo, o desenvolvimento financeiro e a inclusão financeira. O ATI continuou a ser um parceiro privilegiado. Os cursos acima complementam o apoio de assistência técnica do ICD relativo à elaboração de quadros adaptados ao contexto dos países para previsões e análises macroeconómicas. Tais ferramentas analíticas – que incluem as previsões de curto prazo, a Ferramenta de Dinâmicas da Dívida e uma variedade de modelos de quadros macro que abrangem um vasto leque de capacidades – são especialmente úteis para assegurar o cumprimento dos objetivos pós-pandemia.

FIGURA 5. ESTADO DOS RESULTADOS EM ABRIL DE 2022



Fonte: CDMAP

Ao longo do exercício de 2022, os países membros registaram progressos rumo à concretização dos resultados pretendidos nos vários fluxos de trabalho (Figura 5)⁴. O centro financiou cerca de 190 atividades de desenvolvimento de capacidades. Observou-se uma boa adesão junto dos Estados frágeis e afetados por conflitos que absorveram cerca de um terço das atividades de desenvolvimento de capacidades.

⁴ O Anexo Informativo I apresenta as principais realizações por país nos vários fluxos de trabalho.

SECÇÃO III

PRIORIDADES
DEFINIDAS PARA O
EXERCÍCIO DE 2023

PRIORIDADES DEFINIDAS PARA O EXERCÍCIO DE 2023

Os persistentes desafios decorrentes da pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia deverão afetar a frágil recuperação da economia e as reformas.

Estes acontecimentos, combinados com as preocupações económicas a nível interno (como a inflação e a erosão do espaço orçamental na região do AFRITAC Sul) agravaram os riscos macroeconómicos e financeiros e impuseram desafios ainda maiores em matéria de políticas. Tal como no resto da África Subsariana, os decisores políticos na região do AFRITAC Sul têm perante si uma enorme tarefa, isto é, aumentar as despesas de investimento e as receitas públicas, ao mesmo tempo que invertem a subida da dívida pública. Para os países com perspectivas de crescimento e emprego baixas e/ou em declínio, o aumento dos impostos continua a ser uma medida extremamente impopular no curto prazo. As recentes insurreições no continente devido ao aumento dos preços deverão limitar ainda mais a capacidade dos decisores políticos. As opções mais fáceis continuam a ser a mobilização de receitas por via do reforço das administrações tributária e aduaneira e da melhoria da eficiência das despesas através de reformas no domínio da GFP. O papel dos bancos centrais com vista ao reforço da supervisão e regulamentação financeiras, à melhoria das operações do mercado monetário e cambial e à monitorização e resposta aos riscos à estabilidade financeira continua a ser fundamental.

As autoridades esperam colher frutos com as inovações digitais, uma melhor governação e transparência, bem como com políticas e instituições resilientes ao clima e promotoras da igualdade de género, que continuam a ser cruciais para os ODS.

As autoridades têm vindo a manifestar uma crescente procura por atividades de desenvolvimento de capacidades personalizadas em matéria de transparência orçamental e governação, CBDC, pagamentos digitais, supervisão das *fintech* e criptoativos, cibersegurança, riscos relacionados com o clima e inclusão de género, acompanhadas por uma forte assistência em matéria de quadros orçamentais e gestão dos riscos orçamentais. No médio e longo prazo, a diversificação económica, a conclusão das reformas estruturais pendentes e a facilitação do comércio intrarregional continuam a ser essenciais para melhorar as perspectivas macro-orçamentais e reduzir as vulnerabilidades. Os Anexos III e IV especificam as atividades de desenvolvimento de capacidades propostas para o exercício de 2023, por país e por programa de financiamento. Estas ajudarão os países membros a realizarem mais progressos no que toca aos marcos e aos resultados pendentes da Fase II e a combaterem as vulnerabilidades.

REFORÇAR A RESILIÊNCIA ORÇAMENTAL

As prioridades propostas em matéria de desenvolvimento de capacidades para o exercício de 2023 estão intimamente relacionadas com os objetivos de mobilização de receitas, redefinição das prioridades de despesa e redução da dívida.

O plano ajudará as autoridades a prosseguirem as reformas em matéria de GFP e administração das receitas, com uma ênfase crescente na digitalização da gestão do risco orçamental, mitigação e adaptação às alterações climáticas, assim como na governação. O centro aumentará as suas atividades de desenvolvimento de capacidades em matéria de sustentabilidade da dívida e aspetos da gestão da dívida relacionados com o orçamento e as estratégias da dívida a médio prazo para combater os riscos em termos de dívida soberana, composição da dívida e refinanciamento e ainda os passivos contingentes das empresas públicas. A Caixa 2 destaca as áreas de intervenção na área orçamental. O centro complementar as missões de assistência técnica com *workshops* e seminários personalizados e eventos de aprendizagem entre pares. O programa orçamental do exercício de 2023 inclui *workshops* de curta duração no país durante as missões, incluindo alguns personalizados para os Estados frágeis e afetados por conflitos, bem como seminários sobre temas centrais.

CAIXA 2. PRIORIDADES A MÉDIO PRAZO E PARA O EXERCÍCIO DE 2023 - PROGRAMA ORÇAMENTAL

Gestão das finanças públicas	
Previsões orçamentais	Previsões e gestão de caixa
Preparação do orçamento, incl. cálculo de custos e questões de género	Execução orçamental e controlo dos compromissos
GIP, incluindo PIMA e vulnerabilidades climáticas	SIGFE e soluções de pagamentos digitais
Gestão do risco orçamental, incluindo riscos das empresas públicas	Auditoria interna baseada nos riscos
Aspetos orçamentais da gestão da dívida	Gestão de atrasados
Regras orçamentais e limites da dívida	Legislação da GFP
Relato orçamental e governação de dados	
Gestão do ativo e passivo, incluindo gestão de caixa e da dívida	
Administração tributária	
Estratégia de receitas a médio prazo e gestão das reformas	Gestão dos impostos centrais
Gestão do risco de conformidade	Digitalização das administrações tributárias
Gestão do IVA e análise de lacunas	Auditoria - setores das telecomunicações, mineiro e financeiro
Gestão das receitas petrolíferas e fiscais	Implementação das reformas posteriores à TADAT
Legislação fiscal	Gestão do gabinete de grandes contribuintes
Governação fiscal	Fraude fiscal e contrabando
Reforma dos contribuintes informais e pequenos	
Estados frágeis e afetados por conflitos: os trabalhos vão prosseguir para apoiar o novo sistema informatizado de administração tributária e assegurar a gestão do registo fiscal atualizado e do risco de conformidade, bem como para auxiliar na implementação de uma estratégia de gestão da dívida.	
Administração Aduaneira	
Digitalização do SYDONIA, automatização das cartas de porte	Risk management and compliance
Análise das lacunas do IVA	Gestão do risco e conformidade
Gestão das receitas petrolíferas e fiscais	Correspondência de dados
Legislação aduaneira	Auditorias pós-desalfandegamento e gestão do risco aduaneiro
Governação aduaneira	Facilitação comercial
Digitalização das administrações aduaneiras	Fraude aduaneira e contrabando

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES MONETÁRIO E FINANCEIRO

APOIAR A RESILIÊNCIA DO SETOR FINANCEIRO ATRAVÉS DA INOVAÇÃO E DA MUDANÇA

Para o exercício de 2023, as intervenções prioritárias passam por concluir os marcos pendentes para a fase II, ao mesmo tempo que se expande as atividades de desenvolvimento de capacidades a áreas de crescimento para apoiar a recuperação, atenuar os riscos macroeconómicos e financeiros, bem como para reforçar a resiliência.

A prioridade no domínio da supervisão e regulamentação bancárias continuará a ser a implementação de Basileia II/III, a SBR, a regulamentação da cibersegurança e a reforma da supervisão, assim como a regulamentação e supervisão do governo societário dos bancos. O plano de trabalho em matéria de supervisão e regulamentação bancárias para o exercício de 2023 é consideravelmente maior do que o plano de trabalho anterior, tendo como objetivo a organização de atividades de desenvolvimento de capacidades tangíveis e práticas por via de mais de 30 missões. Trata-se de um incremento importante face ao plano do exercício de 2022, que já era significativo, e será concretizado através da continuação da colaboração com o

MCM em matéria de cibersegurança, e a implementação de iniciativas de desenvolvimento de capacidades a médio prazo, abrangendo tanto as áreas como os países membros prioritários, ao mesmo tempo que volta a integrar as missões presenciais num programa de oferta de atividades de desenvolvimento de capacidades em formato híbrido.

Em termos de operações dos mercados monetário e cambial, a prioridade continuará a ser o sistema de análise e previsão de políticas, a implementação e operações de política monetária, a gestão de liquidez, as previsões de liquidez, as operações cambiais e a implementação da política cambial, as comunicações do banco central, o desenvolvimento de mercado e do quadro de cedência de liquidez de emergência. O centro trabalhará com o MCM sobre as implicações da digitalização da moeda nas operações dos bancos centrais e na gestão do risco. Os conselheiros residentes continuarão a interagir com as suas contrapartes sobre as implicações da moeda digital para a execução de políticas tendo em conta a generalização do tema digital. Estas atividades de desenvolvimento de capacidades irão

sustentar melhores decisões de política monetária, aumentar a transparência e prestação de contas, apoiar os bancos centrais nos seus esforços para desenvolver os mercados financeiros e aumentar e alargar a capacidade e as competências gerais em matéria de política monetária.

Em termos de IMFF, a prioridade continuará a ser concluir o trabalho pendente sobre as avaliações das infraestruturas do mercado financeiro, a revisão da legislação dos SNP e a fiscalização e regulamentação das *fintech*. Com a crescente digitalização dos bancos centrais na região, a procura de atividades de desenvolvimento de capacidades nesta área deverá aumentar. Em colaboração com o MCM, o AFRITAC Sul apoiará os países membros tendo em vista o aprofundamento das competências, conhecimentos e qualificações em matéria de fiscalização nas áreas das IMFF, incluindo o acesso não bancário a sistemas de pagamentos, a modernização dos sistemas de pagamentos e a resolução dos desafios de interoperabilidade dos sistemas emergentes de dinheiro eletrónico ou pagamentos móveis. O AFRITAC Sul continuará a ajudar no desenvolvimento de capacidades para permitir a conclusão das

reformas dos sistemas nacionais de pagamentos e apoiar a adoção das melhores práticas internacionais para a gestão do risco e fiscalização de infraestruturas do mercado financeiro, com uma ênfase crescente nas orientações sobre regulamentação e fiscalização das *fintech*. O plano do exercício de 2023 ajudará os países a melhor consolidar o seu quadro de fiscalização e supervisão das infraestruturas do mercado financeiro (IMF), garantir a conformidade com

as normas internacionais para as IMF de importância sistémica e assegurar que as IMF exercem a sua atividade numa base jurídica sólida, transparente e aplicável.

Em colaboração com o MCM, o AFRITAC Sul realizará eventos de formação, incluindo alguns em conjunto com o AFRITAC Oriental e o AFRITAC Ocidental 2. O plano inclui seminários/webinars sobre: i) FPAS, ii) comunicação de política

monetária avançada, iii) comunicação de política monetária básica, iv) cibersegurança, v) operações de recompra, vi) desenvolvimento do mercado avançado, vii) desenvolvimento do mercado básico, viii) pagamentos transfronteiriços, ix) princípios para as infraestruturas do mercado financeiro e x) desenvolvimentos e quadro para as CBDC. Nos casos em que tal seja possível e útil, procurar-se-ão obter sinergias.

CAIXA 3. REFORÇO DA GESTÃO DA DÍVIDA NA ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

Com as crescentes preocupações dos decisores políticos na região sobre a deterioração das perspetivas orçamentais, incluindo o aumento dos níveis da dívida, verificou-se um aumento da procura de atividades de desenvolvimento de capacidades no domínio da gestão da dívida. A Iniciativa para o desenvolvimento de capacidades no contexto da COVID-19 (CCCDI, na sigla em inglês) financia um cargo de conselheiro residente partilhado entre o AFRITAC Sul e AFRITAC Oriental a fim de auxiliar os países membros⁵ em temas relacionados com a gestão da dívida. Em colaboração com o MCM, o conselheiro apoiará o desenvolvimento de capacidades nas seguintes áreas:

Formulação e execução da estratégia de gestão da dívida. O conselheiro residente ajudará as autoridades na formulação e execução de estratégias de gestão da dívida coerentes com o enquadramento institucional e operacional de cada país, o seu contexto macroeconómico, assim como o nível de desenvolvimento dos mercados da dívida regionais e a estrutura da base de investidores. O conselheiro trabalhará com as autoridades nacionais com vista ao desenvolvimento das capacidades necessárias, prestará

assessoria técnica para que possam formular e executar a estratégia de gestão da dívida a médio prazo em linha com o quadro de MTDS do Banco Mundial e do FMI, assim como elaborará um quadro apropriado para a gestão do risco da carteira da dívida. Este trabalho será complementado por formações para os técnicos sobre a formulação de um plano de endividamento anual e um calendário de emissão da dívida, incluindo a integração da gestão de caixa e da dívida.

Dispositivos institucionais e operacionais para a gestão da dívida.

O conselheiro prestará assistência às autoridades em questões mais vastas relacionadas com os dispositivos institucionais e operacionais para a gestão da dívida, incluindo a coordenação entre as entidades nacionais envolvidas na gestão e emissão da dívida. Tal também incluirá a preparação dos planos de reforma da gestão da dívida e a oferta de formação sobre o quadro de análise da sustentabilidade da dívida.

Desenvolvimento do mercado nacional e internacional. O conselheiro aconselhará os governos sobre a melhor forma de desenvolvimento dos mercados de

dívida nacionais. Irá concentrar-se no reforço da gestão do risco da carteira da dívida por meio do aumento da emissão de títulos na moeda local, na introdução de melhorias no mercado primário e no quadro de emissão de dívida para contribuir para a diversificação dos empréstimos no mercado e melhorar a resiliência macrofinanceira. As questões relevantes incluem as técnicas de emissão de dívida (por exemplo, leilões, colocação privada e/ou sindicâncias), desenho de instrumentos, desenvolvimento da curva de rentabilidade, principal mandatado, mecanismos criadores de mercado, etc. O conselheiro também prestará aconselhamento sobre questões potenciais relativas ao financiamento nos mercados internacionais adequado no contexto da estratégia de gestão da dívida do país.

Melhoria da transparência da dívida.

O conselheiro auxiliará os governos na criação e na manutenção de bons registos sobre a dívida, no desenvolvimento de comunicações regulares sobre a dívida pública através de boletins trimestrais, relatórios anuais e outras publicações, assim como no estabelecimento de relações eficazes com investidores, quando adequado.

⁵ África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Eritreia, Essuatíni, Etiópia, Quênia, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Seicheles, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué

CAIXA 4. PRIORIDADES A MÉDIO PRAZO E PARA O EXERCÍCIO DE 2023 - PROGRAMA DOS SETORES MONETÁRIO E FINANCEIRO

Supervisão e Regulamentação Bancária	
Reformas regulamentares - Supervisão bancária e cibersegurança	Cibersegurança
Melhoria do quadro de SBR	Regulamentação da supervisão sobre cibersegurança
Digitalização - dinheiro e finanças digitais	
Operações dos Mercados Monetário e Cambial	
Elaboração de previsões e modelação - Previsões imediatas, FPAS, MPAF	Quadro ELA
MPIO	Operações cambiais e implementação da política cambial
Comunicações da política monetária do banco central	Digitalização das operações dos bancos centrais
Governança e transparência do banco central	Gestão da dívida
Infraestruturas do Mercado Financeiro e <i>Fintech</i>	
Legislação das infraestruturas do mercado financeiro e <i>fintech</i>	Avaliações dos PIMF
Fiscalização do sistema de pagamentos	Pagamentos digitais
Fiscalização das <i>fintech</i>	

REFORÇAR A CAPACIDADE ESTATÍSTICA PARA POLÍTICAS MELHORES

O AFRITAC Sul continuará a apoiar os países membros para que estes alcancem os marcos pendentes em áreas centrais (Caixa. 5) e consolidará as suas intervenções nos Estados frágeis e afetados por conflitos. O aumento dos recursos orçamentais destinados aos institutos de estatística nos Estados frágeis e afetados por conflitos e uma melhor coordenação entre agências contribuirão para um maior impacto dos serviços de desenvolvimento de capacidades. O centro continuará a ajustar os serviços de desenvolvimento de capacidades em função do grau de fragilidade dos países. O plano de assistência técnica do centro para o exercício de 2023 será complementado por três seminários/webinars regionais sobre estatísticas das contas nacionais e dos preços. O centro avaliará o grau de preparação de alguns países membros para se graduarem para novas formas e áreas de desenvolvimento de capacidades sobre estatísticas no âmbito do mandato do FMI. Em colaboração com o projeto D4D gerido pela sede do FMI, o centro avaliará a procura de serviços de desenvolvimento de capacidades relacionadas com indicadores de alta frequência e *big data*. O centro tentará aproveitar as sinergias com o trabalho do ICD sobre previsões imediatas do PIB.

CAIXA 5. PRIORIDADES A MÉDIO PRAZO E PARA O EXERCÍCIO DE 2023 - PROGRAMA DE ESTATÍSTICAS

Contas Nacionais

As prioridades para o exercício de 2023 mantêm-se, em termos gerais, inalteradas. O plano proposto para o exercício de 2023 apoiará os institutos de estatística no sentido de melhorarem as contas nacionais (PIB anual e PIB trimestral) com base nas metodologias estatísticas e práticas de compilação aceites. As atividades de desenvolvimento de capacidades levadas a cabo no exercício de 2023 serão orientadas no sentido da consecução de marcos nas seguintes áreas principais:

- divulgação das estimativas do PIB anual rebaseadas/revistas/melhoradas e planeamento do rebaseamento;
- desenvolvimento/melhoria/divulgação das contas nacionais trimestrais;
- validação e divulgação das contas financeiras e balanços.

Estatísticas de preços

As atividades propostas para o exercício de 2023 continuarão a apoiar os institutos nacionais de estatística na melhoria da qualidade e cobertura dos dados sobre preços mediante a atualização/desenvolvimento dos índices de preços, nomeadamente:

- atualização/melhoria do IPC;
- desenvolvimento/atualização do IPP;
- melhoria/desenvolvimento do IPR.

PROGRAMA JURÍDICO

REFORÇAR OS QUADROS JURÍDICOS

O centro continuará a providenciar atividades de desenvolvimento de capacidades sobre a revisão da legislação financeira e orçamental, em colaboração com o LEG. Ao longo do exercício de 2022, os serviços de desenvolvimento de capacidades concentraram-se na legislação relativa às infraestruturas do mercado financeiro (Moçambique) e na legislação aduaneira (Comores e Madagáscar). As prioridades para o exercício de 2023 incluirão, em grande medida, atividades sobre governação em colaboração com outros departamentos de desenvolvimento de capacidades do FMI e serão apoiadas por um novo conselheiro residente (Caixa 6). Outras prioridades incluem a modernização da legislação fiscal (Botsuana), quadros jurídicos relativos à GFP (Essuatíni, Moçambique) e o papel dos regimes jurídicos no combate à desigualdade de género (webinar regional).

CAIXA 6. NOVO CONSELHEIRO RESIDENTE ESPECIALIZADO EM QUESTÕES DE GOVERNAÇÃO

O Programa da Fase III defende a expansão das atividades de desenvolvimento de capacidades sobre governação e transparência para apoiar as iniciativas dos países membros. O Comité de Direção do AFRITAC Sul aprovou um novo conselheiro residente apoiado pelo LEG para trabalhar nos aspetos jurídicos da governação e combate à corrupção. O conselheiro coordenará com a unidade GAC do LEG a assistência às autoridades sobre a conceção e a implementação de políticas, leis e regulamentos anticorrupção, assim como instituições e ações para promover o Estado de direito. Além disso, o conselheiro trabalhará em articulação com os colegas do AFRITAC Sul para identificar, em cada fluxo de trabalho, o apoio prestado tendo em vista a melhoria da governação e o combate à corrupção. O conselheiro coordenará cursos, seminários e webinars subordinados, principalmente, a questões relacionadas com a governação e a corrupção, em colaboração com o ATI, FAD, FIN, MCM, STA e o Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação do FMI. O AFS trabalhará para reforçar a colaboração com a Comissão da União Africana, o COMESA, a SADC, a Comissão do Oceano Índico e outros parceiros de desenvolvimento. A partir do exercício de 2023, o centro organizará, pelo menos, um evento regional para os países que realizaram missões de diagnóstico com o objetivo de promover a partilha de experiências entre países.

INTERVENÇÕES NOS PAÍSES FRÁGEIS

A nova estratégia do FMI para os Estados frágeis e afetados por conflitos apoia firmemente uma abordagem bem adaptada que tem em conta os vetores da fragilidade, dinâmica da economia política e limitações específicas tendo em vista a realização de reformas em cada país, em coordenação com outros parceiros.

A apropriação por parte do país continua a ser fundamental para fazer avançar as reformas nos FCS. O centro continuará a providenciar atividades de desenvolvimento de capacidades aos Estados frágeis e afetados por conflitos em colaboração com a sede do FMI, o Departamento de África e o ATI a fim de reforçar, progressivamente, as instituições e implementar, efetivamente, as políticas para atender às vulnerabilidades e aumentar a resiliência. Com o alívio das restrições de viagem, o centro retomará a afetação de técnicos ao abrigo de programas de destacamento profissional para facilitar a aprendizagem entre pares.

Para apoiar os programas de reformas dos membros, o centro continuará a organizar cursos de formação em colaboração com o ICD. O plano para o exercício de 2023 inclui cursos sobre supervisão do setor financeiro, políticas do setor financeiro, análise macroeconómica geral, previsões imediatas, clima e moeda digital.

CAIXA 7. NOVO CONSELHEIRO RESIDENTE APOIADO PELO ICD ESPECIALIZADO EM PREVISÕES IMEDIATAS E APRENDIZAGEM AUTOMÁTICA

O centro contratará um novo conselheiro residente apoiado pelo ICD a fim de prestar assistência técnica aos países sobre a integração de *big data* e técnicas de aprendizagem automática tendo em vista a melhoria da qualidade das avaliações e previsões macroeconómicas. O conselheiro também atuará em articulação com os conselheiros do STA para ajudar os países a compilar dados de elevada frequência e trabalhará com o conselheiro residente sobre resiliência do para dar formação sobre previsões de muito curto prazo e AT sobre a integração dos choques sanitários e climáticos nos quadros macroeconómicos dos países membros. O conselheiro trabalhará em estreita colaboração com o conselheiro residente do ATI para apoiar a formação destinada ao banco central de Madagáscar no contexto da estratégia piloto para melhorar a coerência e consistência das nossas atividades de DC para os FCS.

CAIXA 8. INICIATIVA DO FMI PARA O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES NO CONTEXTO DA CRISE DE COVID-19

Ao abrigo da CCCDI, o FMI financia um programa trianual (EF 22-EF 24) para apoiar determinados países do AFRITAC Sul na gestão dos desafios de mobilização de receitas no seguimento da pandemia de COVID-19. O objetivo é ajudar os países a suprirem as suas necessidades de mobilização de receitas, no imediato e no médio prazo, de forma ágil e atempada. O programa é apoiado por um conselheiro residente cujo termos de referência incluem:

- a) providenciar assessoria técnica para apoiar os países no desenvolvimento e na implementação de estratégias a fim de aumentarem as receitas para os níveis pré-pandemia e mais além, atingirem os objetivos de receitas dos seus países e satisfazerem as suas necessidades de despesas; e
- b) organizar *workshops* para fornecer orientações pormenorizadas e ajudar as autoridades a implementarem com êxito as reformas recomendadas.

SECÇÃO IV

ORÇAMENTO E
FINANCIAMENTO
DO AFRITAC SUL

ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DO AFRITAC SUL

A 30 de abril de 2022, as contribuições recebidas para a Fase II do AFRITAC Sul ascendiam a cerca de 50 milhões de USD (Quadro 1). O total reflete as contribuições da Comissão Europeia, Alemanha, Reino Unido, Suíça, China, Países Baixos, Banco Europeu de Investimento, Austrália e o país de acolhimento, as Maurícias. Oito países membros⁶ celebraram acordos de contribuição e três países membros têm contribuições pendentes.

No exercício de 2022, as despesas cifraram-se em 8 milhões de USD vs. 6,5 milhões de USD no exercício de 2021 (Quadro 2). A subexecução dos projetos deve-se, sobretudo, às prolongadas restrições de viagens no contexto da COVID-19 e ao cancelamento das missões inicialmente previstas para serem realizadas no terreno. A virtualização do plano de trabalho gerou poupanças consideráveis, ao passo que permitiu organizar as atividades de DC em plena pandemia de COVID-19.

A prorrogação da fase II por um ano permitirá que o centro absorva os recursos financeiros alocados à mesma. O plano para o exercício de 2023 tem um valor calculado de 13,3 milhões de USD. A plena execução do plano de trabalho dependerá do desembolso na íntegra das contribuições pendentes dos países membros que celebraram cartas de entendimento e dos membros com acordos de contribuição pendentes, assim como do eventual financiamento dos parceiros doadores. Para evitar problemas de liquidez e alargar as atividades de desenvolvimento de capacidades às novas áreas, recomenda-se vivamente que os países membros acelerem os seus desembolsos. O centro propõe reexaminar o período de prorrogação da fase aquando da avaliação intercalar, caso se verifiquem problemas de liquidez. O centro também propõe manter o total de contribuições dos membros, excluindo o país de acolhimento, em 500.000 de USD para a fase III.

⁶ Foi assinado um acordo sobre as contribuições com o Zimbabué no início de maio de 2022, ou seja, fora do período de relato de maio de 2021-abril de 2022.

QUADRO 1. ESTADO DAS CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS NO FINAL DE ABRIL DE 2022 (em milhões de USD)

Informação sobre o Acordo/Emenda					Contribuição recebida		Contribuição esperada (USD)	
Parceiros/membros	Data de assinatura ^{1/}	Moeda	Montante	USD	Moeda do acordo	USD	Solicitada	Contribuições Futuras ^{2/}
Parceiros				44.4		45.5	-	0.02
Austrália	5/23/2016	AUD	0.3	0.2	0.3	0.2	-	-
China	7/13/2018	USD	2.0	2.0	2.0	2.0	-	-
Comissão Europeia	6/15/2021	EUR	21.0	24.7	21.0	25.6	-	-
Banco Europeu de Investimento	4/19/2018	EUR	0.2	0.2	0.2	0.2	-	-
Alemanha	12/11/2018	EUR	2.5	2.8	2.5	2.8	-	-
Alemanha	11/30/2017	EUR	2.5	3.0	2.5	2.9	-	-
Países Baixos	11/6/2015	EUR	1.0	1.1	1.0	1.2	-	-
Suíça	10/8/2016	CHF	5.0	5.1	5.0	5.1	-	-
Reino Unido	10/11/2017	GBP	1.1	1.5	1.1	1.5	-	-
Reino Unido	12/12/2018	GBP	3.0	3.7	3.0	3.8	-	0.02
Membros				4.0		2.5	0.2	0.8
Angola	10/1/2018	USD	0.3	0.3	0.3	0.3	-	-
Botsuana	8/28/2017	USD	0.5	0.5	0.5	0.5	-	-
Madagáscar	12/21/2018	USD	0.5	0.5	0.4	0.4	-	0.1
Moçambique	12/22/2017	USD	0.5	0.5	0.5	0.5	-	-
Namíbia	12/2/2019	USD	0.5	0.5	0.3	0.3	-	0.3
Seicheles	12/20/2017	USD	0.5	0.5	0.2	0.2	0.1	0.2
África do Sul	3/21/2018	USD	0.3	0.3	0.3	0.3	-	-
Zâmbia	8/28/2017	USD	0.5	0.5	0.1	0.1	0.1	0.3
Zimbabué	Pending	USD	0.5	0.5	-	-	-	-
Total dos parceiros e membros				48.4		47.9	0.2	0.8
Total das transferências internas^{3/}				0.3		0.3	-	-
Em negociação								
Comores		USD	0.5	0.5				
Essuatíni		USD	0.5	0.5				
Lesoto		USD	0.5	0.5				
Total em negociação				1.5				
País anfitrião e FMI								
País anfitrião								
Numerário		USD	2.0	2.0		2.0	-	-
Em espécie				-				
FMI				2.3				
Total do país anfitrião e FMI				4.3				
Total geral				54.5		50.3	0.2	0.8
Orçamento programático				57.5				
Défice de financiamento				(3.0)				

1/ Pode também referir-se a acordos que estão em vias de negociação e à data de aprovação de acordos de Parcerias de Desenvolvimento de Capacidades (como acordos flexíveis/acordos-quadro).

2/ A contribuição futura é indicada como zero, caso as prestações já tenham sido recebidas.

3/ Refere-se às transferências de uma fase do programa para outra (por ex. quando os fundos são reafectados a outra frase) e inclui a contribuição de 120 mil dólares americanos realizada no âmbito da conta da iniciativa contra a COVID-19.

QUADRO 2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2022 E PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2023 (em milhares de USD)

Projeto	Resumo da fase			EF 2022			EF 2023 Orçamento de trabalho
	Orçamento programático	Orçamento de trabalho	Despesas	Orçamento de trabalho	Despesas	Execução (%)	
Gestão das finanças públicas	15,238	15,459	11,218	3,367	1,827	54%	2,700
Administração aduaneira	5,133	7,354	5,448	1,458	1,032	71%	1,480
Administração tributária	5,179	7,146	4,773	1,960	786	40%	1,200
Supervisão e regulamentação bancárias	5,047	4,881	3,421	961	652	68%	1,150
Operações de política monetária	5,047	4,732	3,237	931	636	68%	1,200
Infraestruturas do mercado financeiro	2,514	2,580	1,636	635	431	68%	740
Estatísticas do setor real	7,719	7,793	5,314	1,692	953	56%	1,740
Legislação fiscal e financeira	1,214	1,504	941	73	9	13%	500
Projeto administrativo	3,662	3,872	2,960	727	585	81%	770
Formação personalizada	122	-	-	-	-	-	-
Projeto de formação	525	1,513	729	649	265	41%	400
Governança e avaliação	686	477	371	123	116	95%	100
Reserva orçamental estratégica	1,000	385	-	185	-	-	200
Subtotal	53,087	57,697	40,049	12,759	7,292	57%	12,180
Gestão do Fundo Fiduciário	3,716	4,039	2,803	893	510	-	853
Total	56,803	61,736	42,853	13,653	7,802	57%	13,033
Despesas do FMI	2,600	2,625	1,338	300	167	56%	300
Contribuição em espécie do país anfitrião	-	-	-	-	-	-	-
Total	59,403	64,360	44,191	13,953	7,969	57%	13,333

ANEXOS

Anexo I

Fase II – Principais realizações por programa de financiamento e por país

GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

- O apoio do DC foi crucial para a preparação e publicação do documento da estratégia orçamental e do quadro de despesas a médio prazo (**Angola**)
- Os planos de contas foram operacionalizados nos SIGFE e nos processos relacionados (**Comores**)
- O ministério das finanças elaborou uma estratégia e um plano de ação a médio prazo para melhorar a gestão do investimento público (**Madagáscar**)
- O quadro orçamental a médio prazo (QOMP) foi reforçado com previsões mais fiáveis das variáveis macro e estimativas de receitas (**Essuatíni, Lesoto e Zâmbia**)
- Apoio à igualdade de género auxiliando o ministério das finanças na elaboração de uma estratégia para promover a orçamentação sensível ao género (**África do Sul**)
- As práticas de gestão de investimento público foram melhoradas com o desenvolvimento de quadros para a avaliação e a monitorização dos grandes projetos de infraestruturas (**Maurícias e Botsuana**)
- A declaração de riscos orçamentais agora integra a maioria dos passivos contingentes e outros riscos orçamentais do governo central (**Zimbabué**)

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Planeamento estratégico e desenvolvimento da liderança, melhoria da gestão do IVA (**Angola**)
- Formação sobre a TADAT, formação em auditoria e analítica de dados para melhorar o cumprimento, apoiada por webinars (**Madagáscar**)
- Preparações para a NamRA que estavam há muitos anos pendentes e diretrizes para o lançamento previstas para 6 de abril de 2021. AG nomeado e legislação em vigor. Planos operacionais e quadro de monitorização desenvolvidos. (**Namíbia**)
- Planeamento estratégico e monitorização e avaliação para orientar o programa de reformas, a formação em auditoria ajudou a melhorar a mobilização de receitas, desenvolvimento do quadro de gestão da dívida. (**Zimbabué**)

- Apoio em matéria de melhoria do cumprimento e analítica de dados (Lesoto e Seicheles) através de um webinar, estratégia dos serviços aos contribuintes desenvolvida (**Seicheles**)
- Auditoria a setores especializados para ajudar a manter as receitas: setor dos seguros (**Essuatíni**); setor da mineração (**Zâmbia**); setor das telecomunicações (**Zimbabué**)
- Formação sobre a TADAT e seguimento (**Botsuana, Madagáscar e África do Sul**)

ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

- Estabelecimento de um gabinete de gestão de projetos e quadro operacional associado no âmbito do plano de reforma organizacional (**Angola**)
- Criação de um comité de gestão estratégica para fiscalizar o desenvolvimento da estratégia e elaboração de um processo de implementação abrangente para apoiar a seleção da carteira de projetos estratégicos e a preparação dos planos operacionais para 2021 (**Angola**)
- Operacionalização de uma Unidade dos Petróleos, implementação dos novos procedimentos de contabilidade e desalfandegamento para os produtos petrolífero e harmonização das avaliações aduaneiras com os requisitos da OMC (**Comores**)
- Elaboração de regulamentos sobre impostos especiais de consumo e implementação de um programa piloto de operadores económicos autorizados (**Lesoto**)
- Conclusão dos exercícios de correspondência de dados (**Essuatíni, Zâmbia e Zimbabué**)
- Adoção e implementação do programa de modernização aduaneira (**Madagáscar**)
- Implementação de estratégias de informações nacionais (**Maurícias, Zâmbia, Zimbabué**)
- Desenvolvimento de um quadro estratégico para a gestão coordenada das fronteiras (**Zimbabué**)
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio e recuperação de desastres (**Seicheles**)

SUPERVISÃO E REGULAMENTAÇÃO BANCÁRIA

- Desenvolvimento do quadro de ICAAP e do processo de análise e avaliação pelo supervisor **(Angola)**
- O Banco do Botsuana está preparado para elaborar a regulamentação sobre liquidez com ênfase no LCR e NSFR **(Botsuana)**
- Estratégia de desenvolvimento do quadro regulamentar de Basileia II/III e plano de AT desenvolvido **(Comores)**
- Quadro de licenciamento revisto e melhorado **(Essuatíni)**
- Quadro de SBR revisto em linha com as novas diretrizes emitidas ao abrigo de Basileia II e plano de melhoria do quadro de SBR desenvolvido **(Lesoto)**
- Regulamentos sobre titularização revistos de acordo com as normas internacionais, incluindo IOSCO e BCBS **(Namíbia)**
- Novos sistemas de avaliação e monitorização do risco de crédito implementados **(Seicheles)**
- Calendário das inspeções baseado no risco implementado **(Zâmbia)**
- Documento sobre o quadro de inspeções à distância atualizado em linha com as práticas internacionais **(Zimbabué)**

OPERAÇÕES DOS MERCADOS MONETÁRIO E CAMBIAL

- Um quadro de previsões de inflação para a formulação da política monetária é usado e os processos de trabalho estão ajustados em conformidade **(Botsuana, Maurícias, Moçambique, Seicheles, Zâmbia)**
- O banco central possui um quadro de previsões de liquidez suficientemente exato para orientar as operações de gestão de liquidez **(Botsuana, Maurícias, Zâmbia, Seicheles e Namíbia)**
- Foram introduzidas diretrizes para a negociação no mercado interbancário e um Acordo-Quadro de Operações de Recompra que versa sobre as operações entre os bancos comerciais e o banco central e o funcionamento do mercado interbancário melhorou **(Botsuana, Madagáscar, Moçambique, Zâmbia, Seicheles)**
- Os documentos sobre a política e a estratégia de comunicação foram redigidos e as ferramentas e os procedimentos de comunicação foram melhorados **(Botsuana, Seicheles, Zâmbia)**
- Foi iniciado o desenvolvimento de quadros eficazes de mutuante de última instância/cedência de liquidez de emergência **(Angola, Botsuana, Zâmbia, Seicheles)**

INFRAESTRUTURAS DO MERCADO FINANCEIRO E FINTECH

- Formulação de uma visão e estratégia nacional para o sistema nacional de pagamentos e a facilitação das conversas com as partes interessadas sobre a adoção desta estratégia, assim como fornecimento de orientações relativas à implementação da política de fiscalização do sistema nacional de pagamentos **(Botsuana)**
- Orientações sobre uma estrutura organizacional eficiente e clareza acerca das responsabilidades através de um programa de orientação para os técnicos se familiarizarem com as funções principais dos bancos centrais modernos e as relações entre as funções das operações de política monetária, infraestruturas do mercado financeiro e supervisão do setor financeiro **(Comores)**
- Aumento da eficiência e eficácia do quadro regulamentar por meio das orientações fornecidas sobre os dispositivos institucionais e cooperativos para a fiscalização da central de depósitos de títulos **(Essuatíni)**
- Fornecimento de assessoria jurídica sobre a lei relativa ao sistema nacional de pagamentos antes da promulgação da legislação **(Maurícias)**
- Melhoria dos dispositivos organizacionais e institucionais para as operações e a fiscalização do sistema nacional de pagamentos e conclusão das avaliações da infraestrutura do mercado financeiro de acordo com as normas internacionais **(Namíbia)**
- Operacionalização e integração do novo quadro regulamentar *Twin Peaks* através de workshops nacionais de formação sobre infraestruturas do mercado financeiro **(África do Sul)**

PROGRAMA SOBRE AS ESTATÍSTICAS DO SETOR REAL

- Identificação de fontes de dados alternativas para as estimativas do PIB do segundo trimestre devido à COVID-19 **(Botsuana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Seicheles e África do Sul)**
- Avaliação dos desvios face ao SCN de 2008 e das alterações relevantes necessárias **(Angola, Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Madagáscar, Moçambique, Namíbia, Seicheles e Zâmbia)**
- Divulgação do PIB trimestral **(Angola, Essuatíni, Lesoto, Madagáscar e Namíbia)**
- Implementação do primeiro ajustamento sazonal e avaliação da qualidade. Estudo do impacto do encadeamento nos ajustamentos. Ajustamento sazonal direto e indireto do PIB **(Angola)**

- Divulgação da série de CNT ajustada de sazonalidade experimental **(Angola)**
- Quadro estatístico e ponderações determinadas e aplicadas ao inquérito económico **(Botsuana)**
- Compilação das estimativas das contas nacionais para anos recentes **(Comores)**
- Coerência das estimativas das contas nacionais com as estimativas da balança de pagamentos **(Essuatíni)**
- Divulgação do PIB trimestral por abordagem de produção aos preços correntes **(Essuatíni)**
- Melhoria da qualidade dos dados e resolução das lacunas de dados dos quadros publicados para os balanços financeiros setoriais anuais referentes a 2011 e 2012 **(Maurícias)**
- Início da compilação das contas financeiras trimestrais e dos balanços financeiros por setor; início da série a partir do trimestre de março de 2017 **(Maurícias)**
- Divulgação das contas financeiras e dos balanços financeiros trimestrais por setor **(Maurícias)**
- Avaliação da qualidade dos dados fiscais e integração dos dados relativos imposto anual sobre o rendimento das pessoas coletivas par a compilação das estimativas do PIB anual **(Seicheles)**
- Harmonização da abordagem de ajustamento de sazonalidade para as séries de Retalho e Consumo Final das Famílias relevante **(África do Sul)**
- Opções para re-expressar o PIB **(Zimbabué)**
- Divulgação das contas nacionais rebaseadas, anuais e trimestrais **(Botsuana, Moçambique, Seicheles e África do Sul)**. As **Maurícias** deverão publicar as suas contas nacionais rebaseadas em junho de 2022.
- Divulgação de estimativas do PIB melhoradas e como novo ano de referência, anuais e trimestrais **(Namíbia)**
- Melhoria da divulgação das contas nacionais anuais **(Angola)**
- Atualização da documentação do IPC a fim de incluir a conversão para o RTGS **(Zimbabué)**
- Implementação de métodos para atualizar os índices com dados sobre os preços limitados ou não existentes devido aos confinamentos relacionados com a COVID-19 **(Zimbabué)**
- Divulgação das estimativas do IPC atualizadas **(Botsuana, Lesoto, Seicheles)**
- Divulgação do IPP da indústria transformadora e dos serviços básicos **(Botsuana)**
- Divulgação do IPP para a agricultura e metadados **(Zimbabué)**
- Desenvolvimento do índice de preços residenciais para Pretória **(África do Sul)**
- Preparação dos índices provisórios dos preços **(Angola)**
- Publicação de uma série cronológica fiável do IPC **(Comores)**
- Melhoria das metodologias e da estratégia de recolha de dados para o rebaseamento do IPC **(Essuatíni)**
- Divulgação de dados e metadados do IPC rebaseado **(Essuatíni)**

Excertos da declaração de Samuel Randriambolamanitra, Diretor de Estatísticas Macroeconómicas do Instituto Nacional de Estatística de Madagáscar:

“A assistência técnica do AFRITAC Sul ajudou-nos a adotar o Sistema Nacional de Contas de 1993. Madagáscar compilou quadros de recursos e empregos para o novo ano de base - 2007. O destacamento profissional [financiado pelo AFRITAC Sul] de vários contabilistas nacionais de Madagáscar para o Instituto de Estatística das Maurícias permitiu-lhes entender melhor o processo de compilação. [...] A assistência do AFRITAC Sul ajudou-nos a aprofundar os nossos conhecimentos sobre os conceitos das contas nacionais.”

Promover a Aprendizagem entre Pares na Região do AFS sobre Metodologias Estatísticas. O AFS financiou um programa de destacamento de técnicos do Instituto Nacional de Estatística de Madagáscar (INSTAT) para o Instituto das Estatísticas das Maurícias. O AFS observou que para além da AT prestada, o INSTAT ainda necessita de apoio para sanear os dados, realizar um controlo de qualidade e preparar a documentação para divulgar o IPC ponderado de novo. O programa de destacamento proporcionou a alavancagem necessária para alcançar esta meta e espera-se que o INSTAT divulgue o IPC ponderado de novo em 2019. Ajudou igualmente o INSTAT a criar a capacidade para se preparar melhor para o futuro rebaseamento do IPC que se fundamentará no novo inquérito sobre o orçamento das famílias programado para 2019.

Anexo II

Execução do Plano de Trabalho para o exercício de 2022

Programa de Financiamento	País	Missões	Tema
SRB	Regional	1	Formação sobre a regulamentação do risco cibernético
SRB	Regional	2	Reversão das intervenções de políticas ligadas à Covid-19 nos sistemas bancários
SRB	Angola	1	Basileia II/III - Implementação do SREP
SRB	Angola	2	Basileia II/II - Implementação do SREP
SRB	Angola	3	Basileia II/III - Implementação do SREP
SRB	Botsuana	1	Reforma regulamentar do risco de liquidez - avaliação do impacto dos LCR e NSFR
SRB	Comores	1	Implementação da reforma de Basileia II/III - desenvolvimento da regulamentação
SRB	Comores	2	Reforma da supervisão - relato prudencial
SRB	Lesoto	1	Implementação da reforma de Basileia II/III - avaliação ICAAP
SRB	Lesoto	2	Melhoria do quadro da supervisão baseada no risco - notação do risco e SAP
SRB	Lesoto	3	Melhoria do quadro da supervisão baseada no risco - notação do risco e SAP - seguimento
SRB	Madagáscar	1	Reforma de Basileia II/III - revisão e planeamento
SRB	Maurícias	1	Supervisão baseada no risco - licenciamento dos bancos digitais
SRB	Maurícias	2	Supervisão do risco cibernético - revisão da regulamentação relativa à segurança cibernética
SRB	Moçambique	1	Regulamentação do risco cibernético - revisão da regulamentação relativa à segurança cibernética
SRB	Namíbia	1	Melhoria do quadro da SBR - avaliação da atual análise <i>offsite</i>
SRB	Namíbia	2	Melhoria do quadro da SBR - formação sobre as avaliações FRA e SREP
SRB	Seicheles	1	Basileia II/III - ICAAP
SRB	Seicheles	2	Basileia II/III - reforma regulamentar
SRB	Seicheles	3	Basileia II/III - reforma regulamentar
SRB	Zimbabué	1	Missão sobre a regulamentação do risco cibernético
SRB	Zimbabué	2	Regulamentação do risco cibernético - revisão da regulamentação da segurança cibernética
SRB	Zimbabué	3	Melhoria do quadro da SBR - avaliação da atual análise <i>offsite</i>
CADM	Regional	1	Planeamento da continuidade do negócio e recuperação de desastres
CADM	Angola	1	Auditoria interna
CADM	Angola	2	Gabinete de gestão de projetos
CADM	Angola	3	Auditoria interna
CADM	Angola	4	Plano da continuidade dos negócios (CCCDI)
CADM	Angola	5	Plano da continuidade dos negócios - Fase II
CADM	Botsuana	1	Avaliação aduaneira
CADM	Comores	1	Avaliação aduaneira
CADM	Comores	2	Gestão do risco
CADM	Comores	3	Legislação
CADM	Comores	4	Legislação

Programa de Financiamento	País	Missões	Tema
CADM	Comores	5	PCA
CADM	Essuatíni	1	Correspondência de dados
CADM	Essuatíni	2	Impostos especiais de consumo
CADM	Lesoto	1	Legislação sobre os impostos especiais de consumo
CADM	Lesoto	2	AEO e CBM (Fase II)
CADM	Madagáscar	1	Gestão de projetos
CADM	Madagáscar	2	Plano da continuidade dos negócios (CCCDI)
CADM	Madagáscar	3	Legislação
CADM	Madagáscar	4	Avaliação
CADM	Madagáscar	5	PCA
CADM	Madagáscar	6	Plano da continuidade dos negócios (Fase II)
CADM	Maurícias	1	Informações
CADM	Namíbia	1	APD
CADM	Namíbia	2	Plano da continuidade dos negócios (CCCDI)
CADM	Namíbia	3	Gestão do risco e informações
CADM	Namíbia	4	Plano da continuidade dos negócios (Fase II)
CADM	Seicheles	1	Processamento de informações
CADM	Seicheles	2	Auditoria pós-desalfandegamento
CADM	Seicheles	3	Workshop sobre procedimentos operacionais normalizados
CADM	Seicheles	4	Plano da continuidade dos negócios (CCCDI)
CADM	Zâmbia	1	Gestão do risco e informações (Fase III)
CADM	Zâmbia	2	Correspondência de dados
CADM	Zimbabué	1	APD
CADM	Zimbabué	2	Gestão coordenada de fronteiras
CADM	Zimbabué	3	Gestão do risco e informações
CADM	Zimbabué	4	Correspondência de dados
CADM	Zimbabué	5	Avaliação aduaneira
LFO	Comores	1	Legislação aduaneira
LFO	Madagáscar	1	Legislação aduaneira
LFO	Moçambique	1	Desenvolvimento de nova legislação para o SNP
IMFF	Regional	1	Perspetivas regulamentares e de política sobre dinheiro digital
IMFF	Regional	2	Curso de formação sobre os PIMF
IMFF	Botsuana	1	Elaboração da nova lei sobre SNP
IMFF	Essuatíni	1	Finalização do relatório de avaliação dos PIMF
IMFF	Moçambique	1	Desenvolvimento de nova legislação para o SNP
IMFF	Seicheles	1	Fiscalização dos sistemas de pagamentos
IMFF	Zimbabué	1	Fiscalização do dinheiro móvel
Formação do ICD	Regional	1	Análises e Previsões da Política Monetária Baseada em Modelos
Formação do ICD	Regional	2	Gestão macroeconómica em países ricos em recursos naturais
Formação do ICD	Regional	3	Crescimento inclusivo
Formação do ICD	Regional	4	Desenvolvimento financeiro e inclusão financeira

Programa de Financiamento	País	Missões	Tema
MFxMO	Regional	1	A experiência com FPAS em África
MFxMO	Regional	2	Quadros e operações de política monetária
MFxMO	Regional	3	Evolução dos quadros de política monetária na ASS
MFxMO	Angola	1	Cedência de liquidez de emergência
MFxMO	Botsuana	1	FPAS - índice do indicador económico composto
MFxMO	Botsuana	2	Melhoria do Inquérito às Expectativas das Empresas
MFxMO	Comores	1	Implementação e operações da política monetária
MFxMO	Maurícias	1	Implementação e operações da política monetária
MFxMO	Moçambique	1	Conceção de uma estratégia operacional abrangente para a migração para a meta de inflação
MFxMO	Moçambique	2	Operações cambiais
MFxMO	Seicheles	1	Implementação e operações da política monetária
MFxMO	Zâmbia	1	Operações cambiais
MFxMO	Zâmbia	2	Implementação e operações da política monetária
GFP	Regional	1	Redefinição das prioridades de despesa para a recuperação
GFP	Regional	2	Riscos orçamentais e choques macroeconómicos
GFP	Regional	3	Orçamentação baseada no desempenho
GFP	Regional	4	Riscos orçamentais e sustentabilidade da dívida
GFP	Regional	5	Relato e transparência orçamentais
GFP	Angola	1	Quadro de despesas a médio prazo
GFP	Botsuana	1	Avaliação da GFP após desastres
GFP	Botsuana	2	Riscos orçamentais
GFP	Comores	1	Criação da agência central de contabilidade
GFP	Comores	2	Reformas do Tesouro - roteiro para a extensão da CUT
GFP	Comores	3	Massa salarial
GFP	Comores	4	Lei orgânica sobre as finanças públicas
GFP	Essuatíni	1	Previsões macro-orçamentais
GFP	Lesoto	1	Previsões macro-orçamentais
GFP	Madagáscar	1	Missão sobre a gestão de ativos
GFP	Madagáscar	2	Gestão de caixa
GFP	Maurícias	1	Gestão do investimento público
GFP	Maurícias	2	Gestão do investimento público
GFP	Maurícias	1	Roteiro IPSAS
GFP	Maurícias	2	Roteiro IPSAS
GFP	Namíbia	1	Workshop sobre os ODS
GFP	Namíbia	2	Elaboração do orçamento
GFP	Namíbia	3	Revisão do regime jurídico relativo à GFP
GFP	Seicheles	1	Gestão de ativos e passivos
GFP	Seicheles	2	Estratégia do SIGFE
GFP	África do Sul	1	Orçamentação sensível ao género
GFP	Zâmbia	1	Atualização do modelo de previsões de emolumentos
GFP	Zimbabué	1	Relato orçamental

Programa de Financiamento	País	Missões	Tema
GFP	Zimbabué	2	Riscos orçamentais e previsões macro-orçamentais
ESR	Regional	1	Desenvolvimento do índice de preços no produtor - bens
ESR	Regional	2	Contas nacionais para iniciantes
ESR	Regional	3	Rebaseamento das contas nacionais
ESR	Angola	1	Assistência na "previsão invertida" do PIB anual
ESR	Angola	2	Melhoria das medições do volume e preço do PIB
ESR	Angola	3	Ajustamento sazonal do PIB trimestral
ESR	Angola	4	Atualização do IPC
ESR	Botsuana	1	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Botsuana	2	Desenvolvimento do IPP
ESR	Comores	1	Melhoria das contas nacionais
ESR	Comores	2	Melhoria das contas nacionais
ESR	Comores	3	Melhoria das contas nacionais
ESR	Comores	4	Atualização do IPC
ESR	Essuatíni	1	Revisão e atualização do IPC
ESR	Essuatíni	2	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Essuatíni	3	Rebaseamento das CNA
ESR	Lesoto	1	Atualização do IPC
ESR	Lesoto	2	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Madagáscar	1	Melhoria das CNA
ESR	Madagáscar	2	Melhoria das CNA
ESR	Madagáscar	3	PIB - quadros de processo
ESR	Maurícias	1	Desenvolvimento das contas financeiras trimestrais setoriais e balanços financeiros
ESR	Maurícias	2	Revisão do alinhamento do IPR
ESR	Moçambique	1	Formação sobre a utilização do IPP e IPI nas CN
ESR	Namíbia	1	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Namíbia	2	Desenvolvimento do índice de preços no terrenos agrícolas
ESR	Seicheles	1	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Seicheles	2	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Seicheles	3	Atualização e desenvolvimento do IPP
ESR	Zâmbia	1	Melhoria e divulgação dos dados das contas nacionais
ESR	Zâmbia	2	Rebaseamento das contas nacionais
ESR	Zâmbia	3	Atualização do IPP
ESR	Zâmbia	4	Atualização do IPP
ESR	Zâmbia	5	Atualização do IPP
ESR	Zimbabué	1	Revisão das estimativas do PIB de 2020
ESR	Zimbabué	2	Revisão das estimativas do PIB de 2020
TADM	Regional	1	Workshop regional sobre auditoria - Parte 1
TADM	Regional	2	Workshop regional sobre auditoria - Parte 2
TADM	Angola	1	Implementação da estratégia
TADM	Angola	2	IVA

Programa de Financiamento	País	Missões	Tema
TADM	Botsuana	1	Apoio de missão
TADM	Botsuana	2	Setor financeiro
TADM	Botsuana	3	Setor específico
TADM	Botsuana	4	Setor específico
TADM	Botsuana	5	Autoavaliação
TADM	Comores	1	Gestão da conformidade
TADM	Comores	2	Registo
TADM	Comores	3	Assistência sobre o ISORA 2021
TADM	Comores	4	Gestão da conformidade
TADM	Comores	5	Implementação do SIGIT
TADM	Essuatíni	1	Seguros
TADM	Essuatíni	2	Seguros
TADM	Lesoto	1	CRM
TADM	Lesoto	2	Recuperação da dívida
TADM	Madagáscar	1	Análise de dados CRM
TADM	Madagáscar	2	Análise de dados CRM (2)
TADM	Madagáscar	3	Serviços aos contribuintes
TADM	Namíbia	1	Implementação da estratégia
TADM	Namíbia	2	Estratégia
TADM	Namíbia	3	Estratégia
TADM	Namíbia	4	Auditoria
TADM	Seicheles	1	FATCA
TADM	Seicheles	2	Auditoria
TADM	Seicheles	3	Plano da melhoria da conformidade
TADM	Zimbabué	1	Auditoria
TADM	Zimbabué	2	Auditoria
TADM	Zimbabué	3	Recuperação da dívida
TADM	Zimbabué	4	Recuperação da dívida
TADM	Zimbabué	5	Implementação da estratégia

SRB = Supervisão e Regulamentação Bancária; CADM = Administração Aduaneira; LFO = Lei Financeira e Orçamental; IMFF = Infraestrutura do Mercado Financeiro e *Fintech*; MFXMO = Operações dos Mercados Monetário e Cambial; GFP = Gestão das Finanças Públicas; ESR = Estatísticas do Setor Real; e TADM = Administração Tributária.

Anexo III

Projeto de Plano de Trabalho para o exercício de 2023

Programa de financiamento	País	Missões	Tema
SRB	Angola	1	Basileia II/II - implementação da reforma
SRB	Angola	2	Basileia II/II - finalização da reforma
SRB	Botsuana	1	Revisão da regulamentação
SRB	Botsuana	2	Reforma regulamentar do risco de liquidez - início da redação da regulamentação relativa aos LCR e NSFR
SRB	Botsuana	3	Reforma regulamentar do risco de liquidez - revisão do projeto de regulamentação relativa aos LCR e NSFR
SRB	Botsuana	4	Inspeções <i>in situ</i> - cibersegurança
SRB	Comores	1	Implementação da reforma de Basileia II/II - reforma dos regulamentos e diretrizes
SRB	Comores	2	Implementação da reforma de Basileia II/II - reforma dos regulamentos e diretrizes
SRB	Lesoto	1	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - supervisão offsite e risco Notação e SAP final
SRB	Lesoto	2	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - inspeção <i>in situ</i>
SRB	Lesoto	3	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - inspeção <i>in situ</i>
SRB	Madagáscar	1	Reforma de Basileia II/III
SRB	Madagáscar	2	Reforma de Basileia II/III
SRB	Maurícias	1	Supervisão do risco cibernético - orientações sobre inspeções <i>in situ</i> (primeira)
SRB	Maurícias	2	Supervisão do risco cibernético - orientações sobre inspeções <i>in situ</i> (segunda)
SRB	Maurícias	3	Supervisão do risco cibernético - orientações sobre inspeções <i>in situ</i> (terceira)
SRB	Maurícias	4	Supervisão do risco cibernético - finalização regulamentação sobre segurança cibernética
SRB	Moçambique	1	Inspeções <i>in situ</i> - cibersegurança (primeira)
SRB	Moçambique	2	Inspeções <i>in situ</i> - cibersegurança (segunda)
SRB	Namíbia	1	Inspeções <i>in situ</i> - cibersegurança
SRB	Namíbia	2	Melhoria do quadro de SBR - supervisão <i>offsite</i> - relatório trimestral dos riscos
SRB	Namíbia	3	Melhoria do quadro de SBR - notação do risco e planeamento da ação de supervisão
SRB	Seicheles	1	Basileia II/III - reforma regulamentar
SRB	Seicheles	2	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - inspeção <i>in situ</i>
SRB	Seicheles	3	Seicheles EF 23 Basileia II/ III - ICAAP
SRB	Zâmbia	1	Regulamentação do risco cibernético
SRB	Zâmbia	2	Inspeções <i>in situ</i> - cibersegurança (primeira)
SRB	Zâmbia	3	Inspeções <i>in situ</i> - cibersegurança (segunda)
SRB	Zimbabué	1	Inspeções <i>in situ</i> - cibersegurança (primeira)
SRB	Zimbabué	2	Inspeções <i>in situ</i> - cibersegurança (segunda)
SRB	Zimbabué	3	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco
CADM	Angola	1	Plano da continuidade dos negócios (CCCDI)
CADM	Angola	2	Gestão de projetos e auditoria interna

Programa de financiamento	País	Missões	Tema
CADM	Botsuana	1	Gestão do risco (Fase II)
CADM	Botsuana	2	Avaliação (Fase III)
CADM	Comores	1	Avaliação aduaneira (juntamente com a JSA - conta administrada em nome do Japão para atividades do FMI selecionadas)
CADM	Comores	2	Estratégia a médio prazo (juntamente com a JSA)
CADM	Comores	3	Gestão do risco (Fase II)
CADM	Comores	4	Gestão e desenvolvimento da liderança
CADM	Comores	5	Impostos especiais de consumo
CADM	Comores	6	Legislação
CADM	Comores	7	PCA (Fase II)
CADM	Essuatíni	1	Impostos especiais de consumo
CADM	Lesoto	1	Gestão e desenvolvimento da liderança
CADM	Lesoto	2	Estudo de diagnóstico aduaneiro
CADM	Lesoto	3	Impostos especiais de consumo (Fase II)
CADM	Lesoto	4	AEO e CBM (Fase II)
CADM	Madagáscar	1	Plano da continuidade dos negócios (CCCDI)
CADM	Madagáscar	2	Gestão de projetos (incluindo M&A)
CADM	Madagáscar	3	Legislação (conjuntamente com o LEG)
CADM	Madagáscar	4	Isenções e suspensões (conjuntamente com a JSA)
CADM	Madagáscar	5	Avaliação
CADM	Madagáscar	6	Revisão do DC e planejamento para a Fase III do AFS (conjuntamente com a JSA)
CADM	Madagáscar	7	APD
CADM	Madagáscar	8	Gestão do risco e informações
CADM	Maurícias	1	Auditoria informática ou correspondência de dados
CADM	Moçambique	1	Governança e transparência
CADM	Namíbia	1	Plano da continuidade dos negócios (CCCDI)
CADM	Namíbia	2	Garantia da integridade da gestão
CADM	Namíbia	3	Gestão do risco e informações
CADM	Seicheles	1	Processamento de informações
CADM	Seicheles	2	Auditoria pós-desalfandegamento
CADM	Zâmbia	1	Gestão do risco e informações (Fase II)
CADM	Zâmbia	2	Análítica de dados
CADM	Zimbabué	1	APD
CADM	Zimbabué	2	Gestão de fronteiras coordenada
CADM	Zimbabué	3	Valor aduaneiro
CADM	Zimbabué	4	Gestão do risco e informações
LFO	Botsuana	1	Reforma da lei financeiro e fiscal
LFO	Comores	1	Legislação aduaneira
LFO	Madagáscar	1	Legislação aduaneira
LFO	Maurícias	1	Revisão das alterações à lei bancária
LFO	Essuatíni	1	Regimes jurídicos da GFP

Programa de financiamento	País	Missões	Tema
LFO	Moçambique	1	Regimes jurídicos da GFP
IMFF	Angola	1	Missão de diagnóstico para análises às IMF e <i>fintech</i>
IMFF	Botsuana	1	Elaboração da nova lei do SNP
IMFF	Botsuana	2	Fiscalização do novo sistema de pagamentos
IMFF	Comores	1	Fiscalização dos prestadores de serviços de pagamentos <i>fintech</i>
IMFF	Essuatíni	1	Formação sobre fiscalização - prestadores de serviços de pagamentos não bancários
IMFF	Lesoto	1	Formação sobre fiscalização - prestadores de serviços de pagamentos não bancários
IMFF	Madagáscar	1	Formação sobre PIMF
IMFF	Maurícias	1	Fiscalização e regulamentação das <i>fintech</i>
IMFF	Maurícias	2	Avaliação dos PIMF
IMFF	Moçambique	1	Elaboração da lei do sistema nacional de pagamentos
IMFF	Namíbia	1	Fiscalização e regulamentação das <i>fintech</i>
IMFF	Seicheles	1	Revisão da avaliação dos PIMF
IMFF	África do Sul	1	Responsabilidade dos PIMF
IMFF	África do Sul	2	Gestão do risco do sistema de pagamentos - supervisão
IMFF	África do Sul	3	Pagamentos digitais - moedas estáveis
IMFF	Zâmbia	1	Análise da lei do SNP revista
IMFF	Zimbabué	1	Fiscalização e regulamentação das <i>fintech</i>
MFXMO	Angola	1	Cedência de liquidez de emergência
MFXMO	Angola	2	Implementação e operações da política monetária
MFXMO	Angola	3	Modernização do quadro a médio prazo e transição para a meta de inflação
MFXMO	Botsuana	1	Sistema de previsão e análise de políticas
MFXMO	Botsuana	2	Implementação e operações da política monetária
MFXMO	Botsuana	3	Cedência de liquidez de emergência
MFXMO	Comores	1	Implementação e operações da política monetária
MFXMO	Comores	2	Implementação e operações da política monetária
MFXMO	Comores	3	Cedência de liquidez de emergência
MFXMO	Essuatíni	1	Cedência de liquidez de emergência
MFXMO	Essuatíni	2	Previsões e gestão de liquidez
MFXMO	Lesoto	1	Implementação e operações da política monetária
MFXMO	Madagáscar	1	Desenvolvimento do mercado interbancário
MFXMO	Madagáscar	2	Implementação e operações da política monetária
MFXMO	Madagáscar	3	Sistema de previsão e análise de políticas
MFXMO	Madagáscar	4	Implementação e operações da política monetária
MFXMO	Maurícias	1	Operações cambiais
MFXMO	Maurícias	2	Implementação e operações da política monetária
MFXMO	Maurícias	3	Destacamento
MFXMO	Moçambique	1	Implementação da estratégia operacional a médio prazo
MFXMO	Moçambique	2	Seguimento da execução das intervenções cambiais
MFXMO	Seicheles	1	Comunicação da política monetária
MFXMO	Seicheles	2	Implementação e operações da política monetária

Programa de financiamento	País	Missões	Tema
MFXMO	Seicheles	3	Cedência de liquidez de emergência
MFXMO	Zâmbia	1	Sistema de previsão e análise de políticas
MFXMO	Zâmbia	2	Operações cambiais
MFXMO	Zimbabué	1	Implementação e operações da política monetária
GFP	Angola	1	Quadro de despesas a médio prazo
GFP	Angola	2	Prevenção de atrasados e gestão de caixa
GFP	Angola	3	Gestão do investimento público
GFP	Botsuana	1	Gestão da dívida e passivos contingentes
GFP	Botsuana	2	Revisão da lei da GFP
GFP	Botsuana	3	Atualização da avaliação da gestão do investimento público com o módulo climático (AFS participa na missão da sede)
GFP	Comores	1	Conta Única do Tesouro
GFP	Comores	2	Lei orgânica
GFP	Comores	3	Criação da agência central de contabilidade
GFP	Comores	4	Quadro orçamental de médio prazo
GFP	Comores	5	Gestão do risco orçamental
GFP	Essuatíni	1	Quadro orçamental de médio prazo
GFP	Essuatíni	2	Gestão do investimento público
GFP	Essuatíni	3	Gestão do risco orçamental dos passivos contingentes (AFS participa na missão da sede)
GFP	Essuatíni	4	Gestão do risco orçamental dos passivos contingentes (seguimento)
GFP	Lesoto	1	Quadro orçamental de médio prazo
GFP	Lesoto	2	Orçamentação sensível ao género
GFP	Lesoto	3	Análise de lacunas na contabilidade/relato
GFP	Madagáscar	1	Contabilidade da CUT e gestão de caixa
GFP	Madagáscar	2	Manual da GIP
GFP	Madagáscar	3	Gestão de ativos
GFP	Madagáscar	4	Gestão do risco orçamental
GFP	Madagáscar	5	Conta Única do Tesouro
GFP	Maurícias	1	Roteiro IPSAS
GFP	Maurícias	2	Gestão do investimento público
GFP	Moçambique	1	Reformas do Tesouro
GFP	Moçambique	2	Quadro orçamental de médio prazo
GFP	Namíbia	1	Revisão da lei da GFP
GFP	Namíbia	2	Avaliação da gestão dos Investimentos Públicos (AFS participa na missão da sede)
GFP	Namíbia	3	Cálculo de custos/orçamentação dos objetivos de desenvolvimento sustentável
GFP	Seicheles	1	Gestão de caixa
GFP	Seicheles	2	Seguimento da estratégia do SIGFE
GFP	Seicheles	3	Avaliação da gestão dos Investimentos Públicos (AFS participa na missão da sede)
GFP	África do Sul	2	Orçamentação sensível ao género
GFP	Zâmbia	1	Gestão do risco orçamental
GFP	Zâmbia	2	Gestão de caixa/Conta Única do Tesouro

Programa de financiamento	País	Missões	Tema
GFP	Zimbabué	1	Elaboração do orçamento - cálculo dos custos de base
GFP	Zimbabué	2	Relato orçamental - acompanhamento das despesas
GFP	Zimbabué	3	Gestão do passivo contingente/risco orçamental
GFP	Zimbabué	4	Gestão do investimento público
GFP	Zimbabué	5	Seguimento da gestão do investimento público
ESR	Angola	1	Alinhamento da série do PIB trimestral com a nova série das contas nacionais anuais
ESR	Angola	2	Melhoria das medições do volume e preço do PIB
ESR	Angola	3	Atualização do IPC
ESR	Angola	4	Atualização do IPC
ESR	Angola	5	Atualização do IPP
ESR	Botsuana	1	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Botsuana	2	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Botsuana	3	Atualização do IPC e atualização/desenvolvimento do IPP
ESR	Comores	1	Assistência na implementação das técnicas estatísticas melhoradas e SCN de 2008
ESR	Comores	2	Compilação do PIB anual recente
ESR	Comores	3	Melhoria das contas nacionais
ESR	Comores	4	Melhoria das contas nacionais
ESR	Comores	5	Atualização do IPC
ESR	Comores	6	Atualização do IPC
ESR	Comores	7	Atualização do IPC
ESR	Essuatíni	1	Envolvimento entre pares - IPC - sistema de produção do IPC e IPP
ESR	Essuatíni	2	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Essuatíni	3	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Essuatíni	4	Revisão do sistema de cálculo do IPP
ESR	Lesoto	1	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Lesoto	2	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Lesoto	3	Atualização do IPC
ESR	Madagáscar	1	Atualização do IPC
ESR	Madagáscar	2	Melhoria do PIB trimestral por produção a preços correntes
ESR	Madagáscar	3	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Madagáscar	4	PIB - quadros de processo
ESR	Maurícias	1	Desenvolvimento das contas setoriais institucionais
ESR	Maurícias	2	Desenvolvimento das contas financeiras trimestrais setoriais e balanços financeiros
ESR	Maurícias	3	Revisão do alinhamento do IPR
ESR	Moçambique	1	Rebaseamento das CNA
ESR	Moçambique	2	Rebaseamento das CNA
ESR	Namíbia	1	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Namíbia	2	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Namíbia	3	Desenvolvimento do IPP
ESR	Namíbia	4	Desenvolvimento do IPP
ESR	Seicheles	1	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT

Programa de financiamento	País	Missões	Tema
ESR	Seicheles	2	Rebaseamento das CNA e melhoria das CNT
ESR	Seicheles	3	Atualização e desenvolvimento do IPP
ESR	Seicheles	4	Atualização do IPC e atualização/desenvolvimento do IPP
ESR	África do Sul	1	Melhoria do ajustamento sazonal
ESR	África do Sul	2	Desenvolvimento do IPR
ESR	África do Sul	3	Desenvolvimento do IPR
ESR	Zâmbia	1	Assistência na "previsão invertida" do PIB anual
ESR	Zâmbia	2	Melhoria das medições do volume e preço do PIB
ESR	Zâmbia	3	Atualização do IPP
ESR	Zimbabué	1	Rebaseamento das CNA e desenvolvimento das CNT
ESR	Zimbabué	2	Rebaseamento das CNA e desenvolvimento das CNT
ESR	Zimbabué	3	Desenvolvimento do IPP
TADM	Angola	1	Implementação da estratégia
TADM	Angola	2	IVA
TADM	Angola	3	CRM
TADM	Botsuana	1	CRM
TADM	Botsuana	2	Unidade de grandes contribuintes
TADM	Botsuana	3	Estrutura organizacional
TADM	Comores	1	Gestão da conformidade
TADM	Comores	2	Registo
TADM	Comores	3	Implementação do SIGIT
TADM	Essuatíni	1	Seguros
TADM	Essuatíni	2	Formação sobre auditoria
TADM	Essuatíni	3	Seguros
TADM	Lesoto	1	CRM
TADM	Lesoto	2	Recuperação da dívida (2)
TADM	Lesoto	3	CRM
TADM	Lesoto	4	Preços de transferência
TADM	Madagáscar	1	Serviços aos contribuintes
TADM	Madagáscar	2	Conformidade do IVA
TADM	Madagáscar	3	Conformidade do IVA
TADM	Madagáscar	4	Análise de dados CRM (3)
TADM	Madagáscar	5	Serviços aos contribuintes
TADM	Maurícias	1	Análítica avançada
TADM	Moçambique	1	Auditoria
TADM	Moçambique	2	Pagamento e dívida - FU
TADM	Namíbia	1	Revisão dos processos empresariais
TADM	Namíbia	2	CRM
TADM	Namíbia	3	Auditoria
TADM	Seicheles	1	Recuperação da dívida
TADM	Seicheles	2	Plano de melhoria da conformidade

Programa de financiamento	País	Missões	Tema
TADM	Seicheles	3	Cumprimento da FATCA
TADM	Seicheles	4	Recuperação da dívida
TADM	África do Sul	1	Preços de transferência
TADM	Zâmbia	1	Cumprimento específico do setor
TADM	Zimbabué	1	Implementação da estratégia
TADM	Zimbabué	2	Auditoria
TADM	Zimbabué	3	Recuperação da dívida
TADM	Zimbabué	4	Recuperação da dívida
TADM	Zimbabué	5	TaRMS
TADM	Zimbabué	6	Implementação da estratégia

SRB = Supervisão e Regulamentação Bancária; CADM = Administração Aduaneira; LFO = Lei Financeira e Orçamental; IMFF = Infraestrutura do Mercado Financeiro e *Fintech*; MFXMO = Operações dos Mercados Monetário e Cambial; GFP = Gestão das Finanças Públicas; ESR = Estatísticas do setor real; TADM = Administração Tributária.

Anexo IV

Seminários, webinars e workshops personalizados para o exercício de 2023

PROGRAMA ORÇAMENTAL

- (1) Governança e dados orçamentais
- (2) Normas internacionais de contabilidade para o setor público (IPSAS)
- (3) Digitalização na GFP e transparência orçamental
- (4) Gestão do risco orçamental relacionado com as alterações climáticas
- (5) Gestão do risco orçamental relacionado com os passivos contingentes das EP
- (6) Comércio ilícito em colaboração com a SADC
- (7) Planeamento da continuidade dos negócios, recuperação de desastres e emergências
- (8) Plano da continuidade dos negócios financiado através da Iniciativa de DC à luz da crise da COVID-19 (CCCDI)

PROGRAMA DOS SETORES MONETÁRIO E FINANCEIRO

- (9) Pagamentos transfronteiriços na era digital
- (10) Desenvolvimentos e quadros da CBDC
- (11) Princípios para as infraestruturas do mercado financeiro (ATI)
- (12) Sistemas de previsão e análise de políticas
- (13) Comunicação de política monetária, formação avançada
- (14) Comunicação de política monetária, formação básica
- (15) Segurança cibernética
- (16) Operações de recompra
- (17) Desenvolvimento do mercado, formação avançada
- (18) Desenvolvimento do mercado, formação básica
- (19) Cibersegurança - redação do manual de análise
- (20) Governo societário para bancos

PROGRAMA DE ESTATÍSTICAS

- (21) Desenvolvimento do índice de preços no produtor
- (22) Competências analíticas para os contabilistas nacionais
- (23) Fundamentos das estatísticas dos preços

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO ICD

- (24) Supervisão do setor financeiro
- (25) Políticas do setor financeiro
- (26) Análise macroeconómica geral - previsões de muito curto prazo
- (27) Clima
- (28) Moeda digital
- (29) Introdução aos indicadores de alta frequência/CNT

LEGISLAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTAL (LEG)

- (30) Papel dos regimes jurídicos no combate à desigualdade de género

Nota: Algumas destas atividades serão realizadas em colaboração com parceiros regionais e o ATI.



AFRITAC Sul

7th Floor Bramer House, 66C2
Cybercity Ebene, Mauritius
Tel.: +(230) 401.2500
Fax: +(230) 468.1618
Email: afsweb@IMF.org
SouthAFRITAC.org
facebook.com/AFRITACsouth

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Instituto para o Desenvolvimento de Capacidades
Divisão de Parcerias Globais

700 19th Street, NW
Washington, DC 20431, USA
Tel.: +(1) 202.623.7636
Fax: +(1) 202.623.7106
Email: GlobalPartnerships@IMF.org